

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TIMON – CESTI  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**JOSENILDO SOUSA DA SILVA**

**TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO: um estudo de caso em**  
Timon-MA

TIMON  
2024

**JOSENILDO SOUSA DA SILVA**

**TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO:** um estudo de caso em  
Timon-MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Centro de Estudos Superiores de Timon (CESTI), como requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

**Orientador(a):** Profa. Dra. Magda Núcia Albuquerque Dias

TIMON

2024

Si381t

Silva, Josenildo Sousa

Trabalho docente em tempos de precarização : um estudo de caso de Timon / Josenildo Sousa Silva – Timon, 2024.  
63f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, 2024.

"Orientadora Profª. Dra. Magda Núcia Albuquerque Dias".

1. Trabalho 2. Precarização 3. Trabalho docente I. Título.

CDU 377.8


**JOSENILDO SOUSA DA SILVA**

**TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO: um estudo de caso em Timon-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Centro de Estudos Superiores de Timon (CESTI), como requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.


Aprovado em: 05 /04/ 2024\_\_\_Nota: 10,00 (dez)

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **MAGDA NUCIA ALBUQUERQUE DIAS**  
Data: 15/04/2024 15:17:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Profa. Dra. Magda Núcia Albuquerque Dias (Orientadora)**  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 **FRANCISCO RENATO LIMA**  
Data: 15/04/2024 21:14:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Me. Francisco Renato Lima**  
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente  
 **EDUARDO JOSE LIMA DE OLIVEIRA**  
Data: 15/04/2024 15:42:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Me. Eduardo José Lima de Oliveira**  
Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, Senhor de tudo, pelo guia que  
tem sido em minha vida.

Ao meu pai (in memoriam).

À minha mãe e à minha esposa,  
mulheres emponderadas.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela proteção, pela iluminação e pela força que me dera para trilhar os passos desta árdua e fascinante caminhada.

À minha mãe, Francisca da Rocha Sousa da Silva, verdadeiro exemplo de mulher emponderada. Obrigado pela força, pelo apoio e por cada abraço que me destes. Você é uma pessoa de valor inestimável.

À minha digníssima esposa, Ana Victoria Dias da Silva Sousa, pelo amor, pelo companheirismo, pela ajuda nos momentos de dúvida e angústia na construção deste trabalho. Amo-te infinitamente.

Aos meus irmãos, Daniel Sousa da Silva, Dianelly Sousa da Silva e Joseane Sousa da Silva. O meu amor por vocês vai além do que as palavras podem expressar.

À minha orientadora, professora Dra. Magda Núcia Albuquerque Dias, por quem tenho uma profunda admiração. Obrigado por ter despertado em mim o fascinante olhar sociológico que devemos lançar sobre o mundo. Se consigo ver mais longe, é porque me apoiei em gigantes (Newton), e você está entre eles. Você é um exemplo de mulher que não se esconde dos problemas; mas luta e resiste às mais diversas formas de precarização da educação. Por mais mulheres como a senhora na sociedade e nos espaços de poder.

A todos os professores que fizeram parte dessa trajetória e que contribuíram para a minha formação acadêmica. Cada um de vocês têm parte nesse processo.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), esta magnífica instituição que me proporcionou a aquisição de uma vasta gama de conhecimentos. Orgulho de Ser UEMA!

Ao Centro de Estudos Superiores de Timon (CESTI) e a todos os profissionais que fazem esta instituição.

A todos e a todas que compõem o Departamento de Pedagogia do CESTI e o fazem funcionar. Sem vocês, nada acontece.

À minha grande amiga Rosa Feitosa, um presente da UEMA que vou levar para toda a vida.

A todos e a todas que compõem o meu ciclo familiar, de amizade e acadêmico.

A ideia de que o trabalho dignifica o homem é como se homem estivesse sob uma condição de indignidade e precisasse ser “salvo”, tornar-se digno pelo trabalho. O homem não é indigno. Indigno é o trabalho porque maltrata, explora, exaure, adocece e mata os seres humanos.

O Autor

## RESUMO

O trabalho docente é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da nação de um país. Por essa razão, a valorização desse trabalho deve ser um princípio indispensável. No caso do trabalho docente no Brasil, apesar desse princípio estar presente em vários documentos oficiais, como a Lei 9394/96, o Plano Nacional de Educação e, mais recentemente, a Lei 14.817/24, o que autores como Silva (2020), Marin (2010), Seki et. al. (2017), Linhart (2014) e outros apontam é que as condições de trabalho docente no Brasil ocorrem com a presença cada vez maior de elementos de precarização do trabalho. Por essa razão, pesquisar sobre essa temática e continuar desvelando essas condições é uma tarefa urgente, pois é uma forma de enfrentamento a essas condições, o que torna possível a proposição de políticas públicas para que o princípio da valorização do magistério não fique apenas nos documentos oficiais, mas se cumpra na prática. A presente pesquisa teve por objetivo geral, através de um estudo de caso, investigar se nas condições de trabalho docente da rede municipal de ensino de Timon-Ma existem elementos de precarização do trabalho. Esse se desdobra em três objetivos específicos: a) investigar a jornada de trabalho de uma professora da rede municipal de educação de Timon; b) averiguar a carga de trabalho da professora da rede municipal de Timon; c) investigar as condições físicas e ambientais de trabalho docente da professora sujeito da pesquisa. Realizamos a coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada de forma presencial na escola em que a professora trabalha. Através dessa análise, foi possível constatar que nas condições de trabalho docente da rede municipal de ensino de Timon-MA existem, sim, elementos de precarização do trabalho, com destaque principalmente para a jornada de trabalho do professor.

**Palavras-chave:** trabalho; precarização; trabalho docente.



## ABSTRACT

Teaching work is a fundamental activity for the development of a country's nation. For this reason, valuing this work must be an indispensable principle. In the case of teaching work in Brazil, despite this principle being present in several official documents, such as Law 9394/96, the National Education Plan and, more recently, Law 14.817/24, which authors such as Silva (2020), Marin (2010), Seki et. al. (2017), Linhart (2014) and others point out that teaching working conditions in Brazil occur with the increasing presence of elements of precarious work. For this reason, researching this topic and continuing to uncover these conditions is an urgent task, as it is a way of confronting these conditions, which makes it possible to propose public policies so that the principle of valuing teaching does not just remain in documents official, but it is fulfilled in practice. The general objective of this research was, through a case study, to investigate whether there are elements of precarious work in the teaching working conditions of the municipal education network in Timon-Ma. This unfolds into three specific objectives: a) investigate the working day of a teacher from the municipal education network in Timon; b) investigate the workload of the teacher in the municipal network of Timon; c) investigate the physical and environmental conditions of the teaching work of the teacher subject of the research. We collected data through a semi-structured interview in person at the school where the teacher works. Through this analysis, it was possible to verify that in the teaching working conditions of the municipal education network of Timon-MA there are, indeed, elements of precarious work, with emphasis mainly on the teacher's working day.

**Keywords:** work; precariousness; teaching work.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O TRABALHO NAS SOCIEDADES MODERNAS CAPITALISTAS</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O trabalho na história: da Antiguidade até os dias atuais</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho</b>	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>Os impactos do neoliberalismo no universo laboral brasileiro</b>	<b>25</b>
<b>2.4</b>	<b>Tempo abstrato</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>TRABALHO DOCENTE</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>Trabalho docente: alguns enfoques</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>Precarização do trabalho docente</b>	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>O TRABALHO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TIMON-MA</b>	<b>45</b>
<b>4.1</b>	<b>As condições físicas e ambientais da escola</b>	<b>45</b>
<b>4.2</b>	<b>A carga de trabalho do professor</b>	<b>48</b>
<b>4.3</b>	<b>A jornada de trabalho do professor</b>	<b>50</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A precarização é um processo que acompanha as transformações que acontecem em todos os setores e categorias profissionais do mundo do trabalho. A precarização, portanto, atinge diretamente a profissão docente. E como a crise é um elemento intrínseco ao sistema capitalista, sempre que as suas estruturas apresentam sinais de falência, buscam-se formas de contornar a situação de modo a mantê-lo funcionando apesar dos prejuízos que cada crise provoca, e cujas consequências atingem diretamente a classe trabalhadora, incluindo os docentes.

Com o esgotamento do keynesianismo, teoria econômica que tem como principal característica uma forte intervenção do Estado na economia visando garantir o bem-estar social e o pleno emprego, e que foi a solução encontrada para a crise de 1930, e o surgimento de uma nova crise na década de 1970; a alternativa mais viável para remediar a nova crise foi o Neoliberalismo (Harvey, 2011). Essa nova faceta do capitalismo se apresenta para solucionar a última crise, impondo a todos os países reformas estatais que atingem em cheio a classe trabalhadora, que se vê cada vez mais acuada com a redução de postos de trabalho estáveis/formais, com o aumento de formas de trabalho precárias, e a redução gradativa de direitos trabalhistas historicamente conquistados através de duras penas pela classe trabalhadora.

Começa, portanto, a se desenhar no horizonte um cenário de intensificação em escala global em todos os setores do universo laboral, atingindo diversas categorias profissionais. Uma das categorias atingidas por essa tendência de precarização do trabalho é a categoria docente. Apesar de a precarização não ser um fato novo nessa categoria, uma nova nuance surge com a incorporação silenciosa e gradativa de formas de administração advindas do mundo empresarial e industrial. Enxugar os gastos nas empresas é um imperativo atualmente. Para tal, exige cada vez mais eficácia e produtividade dos funcionários ao mesmo tempo em que se reduz a quantidade de mão de obra.

Ao assimilar tal modelo gerencial, o Estado começa adotar cada vez mais formas de contratação que só deveriam ser utilizadas em caráter excepcional, como é o caso de contratos temporários e professores não efetivos. Indo na contramão do que

determina o Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê um mínimo de 90% de docentes efetivos, o Estado brasileiro tem descumprido cada vez mais o princípio da valorização do magistério, ao colocar em prática políticas governamentais e modelos de gestão que nada tem a ver com os marcos legais educacionais vigentes e que colocam em xeque os profissionais do magistério e, conseqüentemente, a educação brasileira.

A valorização dos profissionais da educação é um princípio que está presente em quatro marcos legais brasileiros: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, o Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14 e a Lei nº 14.817/24, a qual estabelece as diretrizes para a valorização dos profissionais da educação básica escolar. Apesar disso, o que se tem visto ao longo dos anos é um processo de desvalorização e precarização desses profissionais que são imprescindíveis para a construção da nação, tais como o aumento da carga de trabalho do professor, a aumento da jornada de trabalho, principalmente com a chegada das novas tecnologias digitais, e as condições inadequadas no que tange ao contexto físico ambiental de trabalho, a escola. Por essa razão, acreditamos que essa pesquisa se faz necessária, pois é uma forma de evidenciar que a valorização dos profissionais da educação tem ficado apenas no papel, e o que os professores têm vivenciado são condições de trabalho precarizadas.

Diante desse quadro restam apenas duas alternativas: a resignação ou o enfrentamento a esse cenário. Rejeitamos a primeira opção e ficamos com a segunda. Preferimos o enfrentamento a esse cenário, lutando, resistindo e pesquisando as condições de trabalho docente em que estão presentes elementos de precarização e que vão contra aquilo que prescrevem os marcos legais brasileiros sobre valorização do professor. E com esta pesquisa visamos contribuir investigando e apontando quaisquer fatores que “firmam” o princípio da valorização do trabalho docente. Nosso trabalho não é simplesmente para dar visibilidade às condições de trabalho dos docentes de Timon-MA, mas para fornecer subsídios de implementação de políticas públicas que possam impactar positivamente as condições de trabalho destes profissionais.

Este trabalho parte da seguinte problemática: nas condições de trabalho dos professores da rede municipal de Timon existem elementos de precarização do trabalho? Se sim, como ocorre? Se não, por quais motivos? Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivo geral: investigar se nas condições de trabalho dos professores da rede municipal de ensino de Timon estão presentes elementos de precarização do trabalho. Tal objetivo se desdobra em três objetivos específicos, a saber: investigar a jornada de trabalho dos professores da rede municipal de educação de Timon-MA; averiguar a carga de trabalho dos professores da rede municipal de ensino de Timon; investigar as condições físicas e ambientais de realização do trabalho docente na rede municipal de educação de Timon-Ma.

A fim de alcançar tais objetivos, realizou-se esta pesquisa. A pesquisa é uma atividade intelectual realizada com o objetivo de: esclarecer, desenvolver, buscar respostas para questões que se encontram pouco esclarecidas ou desenvolvidas. Para Marconi e Lakatos (2018), uma pesquisa científica preocupa-se em encontrar respostas para questões propostas, empregando métodos científicos. As pesquisas nem sempre são realizadas para estudar um problema pela primeira vez. Há casos em que uma pesquisa é realizada em cima de um problema que já foi ou está sendo estudado por outros pesquisadores, não havendo nenhum problema nisso.

É preciso reconhecer ainda que nunca uma pesquisa será suficiente para trazer respostas últimas para um determinado problema. Há problemas que dispõem de poucas informações e pesquisas a seu respeito. Nesse caso, há a necessidade da realização de mais pesquisas que venham contribuir para o esclarecimento desse problema. Sobre isso, Gil (2022, p. 01) afirma que uma pesquisa “é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.” Quando da existência de um dos casos mencionados acima, há, portanto, a necessidade da realização de novas pesquisas que tragam novas informações sobre o assunto.

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso realizado com uma professora efetiva da rede municipal de educação de Timon-MA. Esse tipo de pesquisa é bastante utilizado nas ciências sociais. Gil (2021, p. 63) define estudo de caso como “um estudo

profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Ludke e André (2020, p. 20) afirmam que o caso é uma “unidade dentro de um sistema mais amplo”. O estudo de caso, portanto, trata-se da investigação de um problema a partir de um caso específico, podendo, muitas vezes ser representativo de algo mais amplo, sendo possível, assim a sua generalização. Um dos propósitos do estudo de caso é “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (Gil, 2021, p. 63).

Para coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semiestruturada. Essa técnica consiste, basicamente, num “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto” (Lakatos; Marconi, 2019, p. 213). É uma conversa face a face, em que, de um lado está o entrevistador, que visa obter informações que ajudem a responder ao problema que ele se propôs a investigar; do outro, está o entrevistado, a fonte das informações que, possivelmente, ajudarão a responder à pesquisa realizada. Mas não é uma conversa de qualquer jeito, ela deve acontecer de maneira metódica, de modo que proporcione ao entrevistador a informação necessária (Marconi; Lakatos, 2019). No caso das entrevistas semiestruturadas, são entrevistas abertas, em que as perguntas são previamente estabelecidas, mas não são oferecidas alternativas de respostas. Os entrevistados podem respondê-las livremente” (Gil, 2021, p. 128). A principal vantagem desse tipo de entrevista, é a sua “adequação às características do entrevistado” (Gil, 2021, p. 129).

Para a análise dos dados, nos fundamentamos na Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2015), que define análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Segundo a autora, as fases de análise são: pré-análise, exploração material, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Através dessa ferramenta de análise será possível analisar todos os dados que estão ligados a este projeto. Concluída a análise dos dados, procedeu-se para a redação provisória e definitiva do trabalho.

## **2 O TRABALHO NAS SOCIEDADES MODERNAS CAPITALISTAS**

### **2.1 O trabalho na história: da Antiguidade até os dias atuais**

Neste capítulo faremos uma discussão acerca do trabalho nas sociedades modernas capitalistas a fim de compreender o contexto laboral contemporâneo e suas influências sobre os demais setores da sociedade. Antes de iniciar a discussão acerca do trabalho nas sociedades modernas capitalistas, realizamos uma breve discussão acerca do modo de produção presente nos períodos históricos precedentes, começando pela Antiguidade, passando pela Idade Média até chegar no foco da discussão deste capítulo, que é compreender o trabalho no contexto das sociedades modernas capitalistas.

Quando visitamos os diferentes períodos históricos, uma das consequências que podemos perceber é que o significado social que o trabalho recebe é diferente em cada período histórico.

Quando olhamos para a Antiguidade, especialmente as sociedades grega e romana, a mão de obra escrava era a responsável pela produção dos bens necessários para o sustento da população. Além dos escravos, também existiam outros trabalhadores como os meeiros, os artesãos e os camponeses, que apesar de serem tidos como pessoas livres, eram explorados e oprimidos pelos senhores e proprietários das terras. Estes, rejeitavam todo tipo de trabalho que demandasse bastante esforço físico para que pudesse se dedicar às discussões acerca dos assuntos da cidade e o bem-estar dos cidadãos (Tomazi, 2010). E para isso, o trabalho escravo era algo imprescindível.

Na Antiguidade, os gregos distinguiam o trabalho por meio de três conceitos: labor, trabalho e ação. O labor está relacionado ao esforço físico voltado para luta pela sobrevivência, isto é, uma atividade passiva e submissa do homem no cultivo da terra para a produção dos bens necessários para a sua subsistência (Arendt, 2007). Ressalta-se que o conceito de trabalho é utilizado pela referida filósofa de forma mais restrita. Trata-se, assim, do ato de produzir, de criar algum produto mediante a utilização de alguma ferramenta e até mesmo das suas próprias mãos. Trabalho, nessa

perspectiva, não aparece com um conceito abrangente que envolve qualquer atividade que exija esforço físico, mas especificamente como atividade criadora.

Ainda de acordo com Arendt (2007), a terceira concepção de trabalho é aquela que envolve o discurso como a principal ferramenta que possibilita o encontro de soluções para os problemas da vida pública e o alcance do bem-estar para os cidadãos (Arendt, 2007). É, portanto, a atividade por meio da qual os rumos da cidade são decididos. É o território da política propriamente dito, mas, obviamente, nem todos os residentes da Grécia participavam dessas discussões, apenas um grupo restrito de cidadãos livres e de família abastada. É importante esclarecer que o cidadão aqui no contexto da Antiguidade não engloba todos os moradores de alguma pólis, mas apenas aqueles que eram livres.

No período histórico seguinte, o feudal, algumas coisas mudam, mas algo bastante semelhante com o período anterior é que a mesma lógica social permanece, ou seja, aqueles que trabalhavam e aqueles que viviam do trabalho dos outros. No primeiro grupo estão inseridos os servos, os camponeses livres e os aldeões. No segundo, estão os senhores feudais e os membros do clero.

Tomazi (2010) traz muitas informações sobre a sociedade feudal, por isso, seguiremos o seu raciocínio. Nessa sociedade, a terra era o principal meio de produção da vida. Os trabalhadores podiam ocupar e trabalhar a terra, mas não tinham o direito de propriedade. Predominava um sistema de deveres do servo para com o senhor e vice-versa. Além do cultivo da terra, o servo tinha outras obrigações para com o senhor que, em suma eram três: a corveia, trabalhar nas terras do seu senhor; a talha, um valor a ser pago por tudo o que produzia na terra; e as banalidades, que era uma espécie de aluguel dos meios de produção e da moradia nas aldeias.

O trabalho ligado à terra era o preponderante no período feudal, mas não o único. O trabalho artesanal e as atividades comerciais, esta especificamente na Baixa Idade Média, eram bastante presentes e tinham bastante destaque nesse período.

O que é possível perceber ao se buscar uma compreensão acerca do significado do trabalho desde a Idade Antiga até a Idade Média é que as concepções acerca da categoria trabalho nos dois períodos possuem algumas variações, mas poucas alterações. As mudanças que vão acontecer na transição de um período para o outro



estão mais ligadas a questões de religião, cultura e costumes. O que orientava as relações sociais eram questões como a hereditariedade, a religião, a honra, a lealdade e a posição no que tange às questões públicas. Eram tais elementos sociais que possibilitavam alguns indivíduos viverem do trabalho dos outros.

No que concerne ao trabalho, nos dois períodos predominam uma visão do trabalho como algo penoso, torturante e de pouco prestígio. “Sempre muito desvalorizado, o trabalho não era o elemento central, o núcleo que orientava as relações sociais” (Tomazi, 2010, p. 40). Tal percepção social só muda no fim da Idade Média quando da consolidação do mercantilismo europeu, já que ainda no feudalismo essa atividade já era praticada, mas só se consolida nos séculos XVII e XVIII, e que foi algo fundamental para a consolidação da burguesia no poder como nova classe dominante.

É com o fim do feudalismo que a percepção acerca do trabalho vai mudar radicalmente. “Se antes, na Antiguidade e na Idade média, ele era visto como atividade penosa e torturante, passou aos poucos a ser considerado como algo positivo” (Tomazi, 2010, p. 41). O fim do trabalho compulsório foi a principal razão disso. Assim, houve a necessidade de convencer as pessoas de que trabalhar para os outros era algo bom e que traria benefícios para todos. No entanto, tal mudança de concepção acerca do trabalho não acontece num passe de mágica. A colaboração de alguns setores da sociedade fora de fundamental importância nesse processo. Os principais setores que atuaram para isso foram: as igrejas, os governantes, os empresários e as escolas.

No caso das igrejas, estas passaram a difundir a ideia de que o trabalho era uma dádiva divina e recompensadora, e quem não trabalhasse não seria abençoado. Dessa forma, não trabalhar passou a ser pecado, e todos aqueles que se recusassem a trabalhar deveriam ser considerados como preguiçosos e vagabundos.

Outro grupo que teve uma atuação bastante relevante nesse processo foram os empresários, que impuseram uma disciplina bastante rígida no trabalho, com horários fixos de entrada e saída das fábricas.

As escolas também tiveram uma contribuição bastante significativa para o processo de mudança de percepção sobre o trabalho. Às crianças ensinava-se que o

trabalho era algo imprescindível para a sociedade. Por meio de contos e histórias infantis, introjetava-se nas crianças uma visão positiva acerca daqueles que trabalhavam, ao passo que uma visão negativa era transmitida acerca daqueles que não trabalhavam. Um exemplo disso é a fábula da cigarra e da formiga<sup>1</sup>, em que uma é supostamente preguiçosa porque fica apenas cantando enquanto a outra está trabalhando.

Por último, e talvez o setor mais importante nesse processo de transição, pois é aquele que pode usar de aparatos legais e de meios físicos coercitivos para impor algo para a sociedade, surge a figura do governo. O objetivo era obrigar todos a se sujeição ao novo tipo de trabalho, caso contrário, seriam penalizados. Dessa forma, todos aqueles que estivessem desempregados eram considerados vagabundos e preguiçosos e podiam ir para a prisão. Para isso, a polícia teve um papel fundamental, pois era encarregada de prender todos aqueles que fossem considerados vagabundos.

A propaganda que era vendida para a sociedade em geral por meio dos principais setores ideológicos (igreja e escola) daquele período era muito linda na teoria, mas na prática a história era bem diferente. É bem verdade que o trabalhador não estava mais sob a condição de escravo ou de servo, mas o problema era a coação sofrida pela legislação, caso não cumprisse as novas regras laborais. Weber (2006) afirma que isso foi imprescindível para a consolidação do Capitalismo. O fato é que tal liberdade era apenas do ponto de vista legal, porque o que acontecia na prática era que muitas pessoas desempregadas que se viam forçadas, tanto pela legislação como pela necessidade para não passar fome, a se sujeitarem a fazer aquilo que lhes era imposto.

É claro que esse processo de adaptação do trabalhador a uma nova rotina de trabalho mais exaustiva do que a anterior aconteceu gradativamente. A rotina diária de trabalho antes das fábricas acontecia no ritmo da natureza. A sementeira e a colheita

---

<sup>1</sup> Fábula atribuída ao escritor grego Esopo, que viveu no século VI a.C. Nessa fábula, a cigarra é uma cantora extraordinária. Ela passa todo o verão tocando o seu violão e cantando, ao passo que a formiga trabalha incansavelmente estocando alimentos. Com o fim do verão e a chegada do outono e do inverno, o frio vem junto. Nesse contexto, a formiga está bem-preparada e com bastante alimento guardado para passar todo esse período, pois trabalhou arduamente e agora pode usufruir do seu trabalho. Do outro lado está a cigarra, agora em apuros, pois não trabalhou e não se preparou para a chegada do período de frio e escassez. O objetivo da história é trazer uma lição simples e direta acerca da importância e do valor do trabalho (Tomazi, 2010).

aconteciam de acordo com o clima e a época. Além disso, a mesma pessoa executava várias atividades, não era um trabalhador especializado numa única tarefa (Tomazi, 2010). Portanto, era um trabalhador cujo modo de produção lhe permitia desenvolver várias habilidades, algo que vai se perder com a chegada do Capitalismo e a nova divisão social do trabalho.

Nesse processo de transição de um modo de produção para outro, inicia-se um novo processo de divisão social do trabalho, em que o trabalhador, no processo de produção, fica responsável apenas pela produção de uma parte do produto, e não pela sua integralidade, como acontecia anteriormente. Aqui acontece aquilo que Marx vai chamar de “alienação do trabalhador”, que é ele não se reconhecer naquele produto, pois várias mãos foram responsáveis pela sua produção (Marx, 1983), pois no sistema capitalista, a única coisa que restou para o trabalhador utilizar no mercado foi a sua força de trabalho, que é vendida ao capitalista e posta em movimento no processo de produção de mercadorias. No processo de produção capitalista, “o indivíduo não se reconhece mais plenamente no produto de seu trabalho, e tem acesso a ele apenas mais tarde, ao comprá-lo no mercado” (Grespan, 2021, p. 27). Desse modo, quem produz o produto não se reconhece nele, não se vê como produtor do produto.

Na manufatura, o trabalhador ficava responsável tanto pela concepção como pela construção de um produto. A ele pertenciam os meios de produção. Era ele quem iniciava e terminava a produção. Portanto, imprimia a sua imagem no produto, se reconhecia nele e recebia o valor integral pela venda do produto. Mas isso muda totalmente quando ele vai vender a sua força de trabalho para o empresário numa fábrica, pois não é mais o trabalhador quem concebe o produto, não é ele o único participante do processo de produção, tampouco recebe o valor integral da venda do que ele produziu, mas recebe apenas uma parte do valor da produção, pois no sistema capitalista, o dono dos meios de produção se apropria de parte do valor de troca de uma mercadoria produzida pelos trabalhadores, a mais-valia (Marx, 2015).

O momento histórico em que Marx identifica a separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção é concebido como acumulação original do capital (Grespan, 2021). De modo mais específico, é no capitalismo inglês, no século XVI, com o processo de cercamento de terras e a expulsão dos camponeses das terras onde

moravam por uma burguesia nascente, que acontece essa cisão. Uma parte desses mesmos camponeses torna-se, posteriormente, trabalhadores assalariados, os quais, na condição de despossuídos se veem, agora, sem a sua fonte de sustento, a terra.

Na condição de camponês, o trabalhador possuía um vínculo com o dono das terras, a quem devia uma parte da produção do que fosse gerado nas terras do senhor feudal. O cercamento das terras, alegam alguns, promoveu a liberdade do campesinato. O trabalhador encontra-se livre para ir e vir, para empregar-se ou não nesse ou naquele serviço. Tal liberdade é ironizada por Marx, pois é obtida com o a expulsão do camponês das terras e a expropriação dos meios de produção (Grespan, 2021). Nessa condição de liberdade, o trabalhador aparece como proprietário apenas de uma única mercadoria, a sua força de trabalho.

O Capitalismo surge com a derrocada do feudalismo. No entanto, diferentemente dos modos de produção anteriores, em que as mudanças aconteciam de forma lenta e gradual, o modo de produção capitalista provoca profundas transformações sociais, políticas e econômicas, além de ele mesmo sofrer alterações significativas com o passar do tempo, tendo sido dividido em diferentes fases: capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro (Pena, 2024).

Concebida como a primeira fase do sistema capitalista, a fase comercial surgiu com o declínio do sistema feudal por conta da expansão do comércio internacional na Europa. Os dois principais fatores que contribuíram para a consolidação dessa etapa do Capitalismo foram a expansão marítima comercial, em que se inicia uma busca desenfreada por territórios ricos em metais preciosos; e a expansão das colônias europeias, com destaque para as colônias do continente africano e das Américas (Pena, 2024).

Nesse período, intensifica-se a prática do Mercantilismo, um sistema baseado na busca de matérias primas e de metais preciosos, além de um forte intercâmbio comercial internacional, cujo objetivo era o equilíbrio da balança comercial e o fortalecimento econômico no cenário internacional. Nessa fase do Capitalismo ainda é predominante a produção manual de bens, ou seja, a manufatura. Do ponto de vista geográfico, começa um forte processo de urbanização, onde muitas cidades surgem e outras se expandem. No entanto, a população ainda é majoritariamente rural tanto nas

nações europeias mais desenvolvidas quanto nas colônias e nações menos desenvolvidas. É somente na fase industrial que grandes transformações geográficas, sociais e econômicas vão acontecer (Pena, 2024).

A fase industrial do Capitalismo impõe profundas transformações sociais e econômicas. O surgimento dessa fase foi um efeito direto da Revolução Industrial ocorrida a partir de meados do século XVIII na Inglaterra. As principais características dessa fase são: a chegada da fábrica como lugar predominante da produção; a instituição do salário como valor a ser pago pela compra da força de trabalho do trabalhador; o surgimento de duas classes sociais antagônicas, a burguesia, proprietária dos meios de produção, e o proletariado, dono apenas da sua força de trabalho; a divisão entre quem concebe e quem trabalha no processo manual de construção do produto; a divisão da produção em várias etapas e funções; e uma produção voltada exclusivamente para a troca no mercado e geração de lucro (Pena, 2024).

No Capitalismo Industrial, a jornada de trabalho é bastante extensa. Nas palavras de Marx (2015), a jornada de trabalho era as 24 horas inteiras deduzidas as poucas horas para o repouso, sem as quais era inviável o retorno ao trabalho. Desde o surgimento do Capitalismo Industrial, a visão que se tem do trabalhador não é outra senão força de trabalho, tempo para a autovalorização do capital. Nessa perspectiva, Marx (2015, p. 427) “o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do Capital.

O capital, na sua voraz e desmedida busca por autovalorização, não quer saber do tempo necessário para o descanso e para o lazer dos trabalhadores, “[...] ele transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também os seus limites puramente físicos” (Marx, 2015, p. 427). Ele não respeita o tempo das refeições, mas avança sobre ele e os incorpora, sempre que possível ao processo de produção (Marx, 2015). O capital não se preocupa com a saúde dos trabalhadores, pelo contrário, o seu interesse é somente “o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho” (Marx, 2015, p. 428). Dessa forma, ele atinge o seu objetivo (a autovalorização) mediante “o encurtamento da duração da força de trabalho” (Marx, 2015, p. 428). E como há um grande número mão-de-obra

sobrança nesse sistema, a perda de um trabalhador não é preocupação para o capital, pois se morre um, é só pegar outro na reserva.

Marx (2015) argumenta que assim como o dono do escravo pode comprar outro no mercado de escravos, o capitalista pode contratar outro trabalhador em caso de morte ou invalidez do trabalhador, para realizar os anseios do capital. Isso ocorre porque “o capital não tem [...] a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (Marx, 2015, p. 432). O que não aconteceu na fase inicial do Capitalismo, mas o inverso. Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, o que aconteceu foi a aprovação de várias leis cujo objetivo obrigar os trabalhadores a aceitarem trabalhar durante longas jornadas diárias, em condições de trabalho insalubres, além de permitir o trabalho infantil (Marx, 2015).

Se hoje, no século XXI, a legislação prevê uma carga horária semanal de 44 horas e alguns direitos trabalhistas, isso é resultado de muitos anos de luta da classe trabalhadora, pois no início do Capitalismo as coisas eram muito diferentes. Não que o capital tenha diminuído a sua voracidade pela autovalorização, mas a classe trabalhadora, ao longo dos anos impôs ao capital um enfrentamento a fim de obter alguma consideração pela sua saúde e duração da vida.

Entretanto, o capital não aceita que a sua desmedida seja contida por muito tempo e, desde o seu surgimento até o estágio atual, sempre encontrou artimanhas para “driblar” as restrições que tentam conter o seu caráter destrutivo, ou seja a legislação trabalhista. O capital é tão ardiloso que sempre que uma crise econômica acontece, ele consegue convencer a grande maioria da população de que a culpa não é dele; que a crise não é algo inerente a sua própria natureza contraditória; ele nunca admite a culpa da devastação que promove. A culpa é do Estado que se intromete demais onde não deveria; a culpa é da legislação trabalhista que dá muito direito aos trabalhadores; a culpa é da natureza por ser fraca demais para suportar a sua voracidade. A culpa é do trabalhador que é preguiçoso e incompetente para trabalhar, pois emprego tem. Apesar de ser um discurso falso, o que impressiona é que sempre deu certo e sempre é aceito.

Foi assim que uma nova corrente econômica, o Neoliberalismo, se instaurou como o novo paradigma econômico, pois a crise do Estado de Bem-estar Social e a derrocada do pensamento econômico keynesiano, segundo os advogados do Estado mínimo, foi culpa de o Estado querer se intrometer demais onde não deveria, e não culpa do próprio caráter contraditório do modo de produção capitalista. Até então, o paradigma produtivo predominante era o Fordismo, e aplicava-se os princípios de administração científica do Taylorismo.

A terceira fase do Capitalismo é denominada de Capitalismo Financeiro, que tem seu início por volta da década de 1970. Para muitos teóricos do campo da Economia e do campo da Sociologia do Trabalho, essa é a atual fase do modo de produção capitalista. O que a difere das fases anteriores é o protagonismo cada vez maior da bolsa de valores e da especulação financeira, que tem causado cada vez mais impacto em outros setores da economia, além de funcionarem como termômetros da economia na maioria dos países sob esse modo de produção. Aliado a isso, pode-se acrescentar também o protagonismo das novas tecnologias no mundo do trabalho, tornando obsoletos várias profissões e eliminando vários postos de trabalho, ao passo que há um aumento de produtividade e uma redução do trabalho produtivo (Antunes, 2019).

Críticos desse novo modo de funcionamento do sistema capitalista como Harry Braverman utilizam o termo Capital Monopolista (Braverman, 1981) para se referir a essa nova fase, pois têm ocorrido cada vez mais união ou fusão entre empresas por meio da compra de ações, causando a redução ou até mesmo a extinção de empresas que dominavam no mercado há bastante tempo; ocorre, com isso, a formação de grandes monopólios empresariais nacionais e internacionais com influência bastante expressiva no mercado em que atuam. É nesse contexto que se consolidam as ideias neoliberais e o paradigma de acumulação flexível. Trataremos de forma mais detalhada dos impactos que as ideias desses dois paradigmas a seguir, pois o objetivo desse primeiro tópico era realizar uma breve discussão acerca do trabalho nos diferentes períodos históricos, começando pela Idade Média até os dias atuais.

Através dessa discussão, é possível perceber que o trabalho recebe diferentes significações sociais em cada período, começando como uma atividade penosa e sem prestígio social até se tornar uma atividade central na vida do ser humano. Além disso,

é possível verificar também que a própria dinâmica de funcionamento do sistema capitalista tem passado por profundas alterações ao longo da história.

## **2.2 Os impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho**

Com a transição do paradigma de produção Taylorista-fordista para o modo de produção flexível, o Toyotismo, tem-se assistido a um desmonte gradativo dos direitos trabalhistas arduamente conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história.

Com a crise estrutural do capitalismo em meados da década de 1970, a decadência das ideias keynesianas e a política de bem-estar social, impõe-se uma nova ordem econômica visando o resgate da regulamentação do mercado e a imposição de uma reestruturação produtiva profunda, o neoliberalismo. Conforme Monbiot (2016), o pensamento neoliberal ganha força quando as políticas keynesianas começam entrar em colapso e as crises econômicas atingem os EUA e a Europa. O keynesianismo foi uma doutrina econômica que alcançou o seu auge no início da década de 1930, com prerrogativa de estabilizar o sistema capitalista, que tinha sofrido a sua maior crise em 1929 com a quebra da bolsa de Nova York culminando na Grande Depressão. A crise que se inicia nos Estados Unidos logo se espalha por toda a Europa e atinge também países que tinham algum elo de dependência econômica com os Estados Unidos. A crise se tornou generalizada (Harvey, 2011), e havia a necessidade de se encontrar uma solução urgente para o caos econômico que se instaurara.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, surgiram vários Estados socialdemocratas, dirigistas, em que o Estado assumira papel central nas questões de ordem econômica e social. Todas essas formas de Estado tinham em comum a aceitação da ideia de que, como diz Harvey (2011, p. 20):

O Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar dos cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram



implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno.

Foi um período em que os Estados atuaram ativamente na economia e construíram uma variedade de sistemas de bem-estar social, no campo da saúde, da educação, da segurança etc. Uma rede de restrições sociais e políticas foi instaurada em torno do mercado e de iniciativas empreendedoras; instituiu-se um ambiente regulatório em que ora restringia iniciativas econômicas, ora as liderava. Um momento de cerceamento do capital. As instituições da classe trabalhadora (sindicatos e partidos de esquerda) tiveram bastante influência concreta no aparato estatal, nesse período. O Estado teve um papel central também no processo de amadurecimento do sistema de produção fordista, que alcançou o seu acabamento e amadurecimento por volta dos anos 1945 ao se aliar firmemente com o keynesianismo (Harvey, 2011).

No entanto, como a crise é um elemento intrínseco ao capitalismo, perto do final da década de 1960, as políticas keynesianas começam a ruir, tanto no contexto internacional como em âmbito doméstico. “As políticas keynesianas já não funcionavam” (Harvey, 2011, p. 22). Uma nova crise começava a se desenhar no horizonte.

O advento da acumulação flexível como modelo de produção acontece em meados da década de 1970, e é marcado pelo confronto direto com a rigidez do fordismo. Flexibilidade é a palavra mais adequada a esse modo de acumulação do capital. A acumulação flexível se funda na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, aduz Harvey (2008, p. 140). As transformações impostas por esse novo modo de acumulação provocaram o aparecimento de setores de produção inteiramente novos, novas formas de fornecimento de serviços financeiros, surgem novos mercados, e uma grande movimentação no setor de serviços (Harvey, 2008).

Outra característica da acumulação flexível é algo que Harvey (2008) denomina “compressão do espaço-tempo”. Ele utiliza essa expressão para se referir ao fato de ter havido um estreitamento das tomadas de decisões públicas e privadas, ao passo que o advento das novas formas de comunicação via satélite permite que os empregadores exerçam maiores pressões sobre os trabalhadores que estão cada vez mais

acessíveis. Uma outra marca que o referido autor aponta como inerente à acumulação flexível trata-se do retrocesso e da perda de poder e relevância por parte dos sindicatos, algo que era uma das marcas do regime fordista.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, esse modo de acumulação o impôs uma profunda reestruturação. O enfraquecimento do poder sindical, a volatilidade do mercado, o aumento da competitividade e o estreitamento das margens de lucro aliado ao aumento da mão de obra excedente permite que os empregadores imponham regimes e contratos de trabalho flexíveis. Isso ocorre porque o propósito da flexibilização é satisfazer os anseios e às necessidades das empresas. Com isso, cresce cada vez mais o número de trabalhadores contratados mediante vínculos empregatícios flexíveis (contratos parciais, temporários ou subcontratados, intermitentes etc.), ao passo que há uma redução cada vez maior de trabalhadores regulares ou estáveis, ou seja, aqueles que são considerados essenciais para a empresa, dispensados em último caso, e que possuem relativa estabilidade no emprego. No entanto, o preço que os trabalhadores regulares pagam por essa condição é trabalhar bem mais nos períodos de aumento de demanda, sendo compensados, nos períodos de redução de demanda. Além disso, esse grupo deve ainda ser um profissional adaptável, flexível e, caso a empresa necessite, ser geograficamente móvel.

Os trabalhadores contratados por meio de vínculos empregatícios flexíveis não gozam dos mesmos benefícios que os trabalhadores regulares. São empregados eventuais, com contratos de trabalho por tempo determinado, temporários, subcontratados, terceirizados, formados mediante treinamento e preparação com subsídios públicos, destituídos de garantias e segurança no emprego (Harvey, 2008). É um grupo de trabalhadores precarizados que tem crescido significativamente nos últimos anos.

A precarização do trabalho é uma tendência mundial. Ainda sob o fordismo, no Japão havia a subcontratação por empresas de médio e pequeno porte que servia como manto protetor de grandes corporações a fim de evitar os custos das flutuações do mercado. O advento da acumulação flexível apenas ratificou uma prática que se inicia no modo de acumulação anterior no Japão. Com a volatilidade e a incerteza dos

mercados na atualidade, a tendência destes é reduzir cada vez mais o número de trabalhadores regulares e contratar cada vez mais uma força de trabalho que entra com facilidade e é demitida sem despesa quando as coisas começam a ficar ruins. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, tem havido desde a década de 1970 um aumento de trabalhadores flexíveis e uma redução de empregos permanentes/regulares (Harvey, 2008).

Merece destaque também o fato de que no capitalismo neoliberal ou capitalismo flexível, o cansaço vivenciado pelos trabalhadores é algo cada vez mais presente. Conforme Han (2015), vivemos num período de velocidade e esgotamento, em que o imperativo da produtividade e do desempenho impõe aos trabalhadores um tipo de subjetividade que os faz querer produzir sempre mais e melhor. São indivíduos que se arrastam no contexto produtivo, executando uma grande e variado número de tarefas. E um dos resultados dessa lógica da produtividade é justamente o cansaço.

### **2.3 Os impactos do neoliberalismo no universo laboral brasileiro**

Com a implantação de políticas de cunho neoliberal no Brasil, especificamente a partir dos anos 1990, que se inicia com o governo de Fernando Collor de Mello e tem continuidade, posteriormente, os governos de FHC, há uma redefinição no papel do Estado, que deve ser mínimo no tocante a questões de bem-estar social, devendo ter uma atuação em favor dos ditames do mercado. Esse período recebe a alcunha de “desertificação neoliberal” (Antunes, 2005).

Ao analisar o cenário laboral contemporâneo, Dal Rosso (2011) afirma que há uma forte tendência de que a flexibilidade se torne uma regra em resposta à jornada regular/ de trabalho. Dessa forma, o trabalho, no contexto da acumulação flexível, pode adaptar-se às demandas do capital nos horários certos, no tempo exato da demanda (Moura; Mendes Segundo; Aquino, 2021), e com o menor custo possível.

A implantação do paradigma da acumulação flexível provocou inúmeras transformações no universo laboral, as quais afetam diretamente a classe trabalhadora. Algumas dessas reformas são a redução do proletariado industrial/fabril, a inserção crescente da mão de obra feminina no âmbito produtivo, aumento da demanda de mão

de obra no setor de serviço, expansão do trabalho em domicílio, exclusão de idosos e jovens no mercado de trabalho, traduzindo por maior fragmentação, heterogeneização e complexificação (Antunes; Alves, 2004).

Tais transformação são confirmadas por Ribeiro (2021), que percebe seus impactos na geração de empregos e na precarização e/ou eliminação de certos postos de trabalho, culminando num desemprego estrutural feroz em âmbito global. Esse processo de reestruturação produtiva tem causado graves problemas sociais no que diz respeito aos índices de emprego e à garantia de direitos alcançados pelos trabalhadores ao longo do século XX (Santana; Ramalho, 2004). Esses autores observam ainda uma política de dismantelamento da ação do Estado nas áreas sociais.

As consequências dessa nova configuração do trabalho no contexto da acumulação flexível tornam o trabalhador ainda mais fragilizado, com menores salários, escassez de postos de trabalho, desaparecimento de perspectivas de carreira profissional, e fim dos direitos e garantias trabalhistas.

Um fator que agravou ainda mais a situação da classe trabalhadora no contexto brasileiro e que abriu a porteira para a concretização dos anseios neoliberais em termos de flexibilização, precarização do trabalho, além do enfraquecimento dos sindicatos foi, conforme assevera Filgueiras (2019), a promulgação da Lei nº 13.467/17, que aprova a tão famigerada Reforma Trabalhista, sancionada pelo então presidente Michel Temer. O referido presidente chega ao posto de chefe do executivo com destituição do cargo de presidenta da república, Dilma Rousseff. Na ótica do sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, Temer chegou ao poder apenas para fazer duas ou três reformas ao gosto da classe empresarial. No caso da reforma da trabalhista, esta foi uma das maiores derrotas para a classe trabalhadora. Ela veio para quebrar a espinha dorsal da CLT<sup>2</sup>, pondera o referido sociólogo. Essa Reforma trazia consigo a promessa do aumento de postos de trabalho e da formalização dos vínculos trabalhistas. No entanto, isso não aconteceu. (Antunes, 2019). O que se tem visto após a Reforma é um aumento dos postos de trabalho na modalidade informal, o corte de direitos trabalhistas

---

<sup>2</sup> Sigla cujo significado é Consolidação das Leis do Trabalho.

arduamente adquiridos pela classe trabalhadora, e a precarização de várias categorias de trabalho (Filgueiras, 2019).

Vendida para a população brasileira sob o argumento de aumento de postos de trabalho, o que tal Reforma ensejava na verdade era o corte de custos do empresariado no que diz respeito a relação com os trabalhadores. Apesar de tal promessa, o que se viu após a Reforma foi a redução dos postos de trabalho formais e um aumento de formas de trabalho cada vez mais precarizadas (Filgueiras, 2019). É um cenário cada vez mais difícil para a classe trabalhadora, que se vê diante de um panorama em que tem de escolher entre ter direitos ou ter empregos, os dois, não. É o imperativo neoliberal cada vez mais presente no universo do trabalho no Brasil.

## **2.4 Tempo abstrato**

Ao discutir determinadas questões que envolvem o trabalho, é importante situá-las no contexto histórico, social e econômico em que estão inseridos. Em outras palavras, discutir sobre condições de trabalho docente exige compreender o modo de vida material no qual essas condições acontecem. Postulamos que fazer uma análise de um problema de forma isolada da base material sobre o qual ele se assenta é um equívoco, pois no modo de vida capitalista, a lógica de mercado e seus efeitos tendem a invadir todas as instâncias da sociedade, inclusive a educação. Por essa razão, ao discutirmos sobre “condições de trabalho docente”, consideramos fundamental a realização de uma discussão, ainda que de forma breve, acerca do trabalho no modo de produção capitalista, pois é nesse sistema socioeconômico que o trabalho docente acontece.

O tempo, nas sociedades modernas capitalistas, adquire uma forma nunca antes vista na história humana, portanto, aqui será discutido como uma categoria sócio-histórica. Isso significa que o tempo, na sua atual forma, a abstrata, não é algo “natural”, como se fosse único e estivesse presente em toda a história humana. Postone (2014, p. 233) assevera que “as noções de tempo variam cultural e historicamente”. O tempo, na literatura marxista, é categorizado de duas formas: tempo concreto e tempo abstrato. A discussão que faremos a seguir sobre a categoria “tempo” será norteada pelo pensamento de Postone (2014).

O tempo concreto é o tempo dos grandes eventos naturais. Postone (2014, p. 233) denomina de concretos “os vários tipos de tempo que são funções de eventos: eles tomam por base e são compreendidos por meio de ciclos naturais e períodos da vida humana, e também tarefas particulares ou processos [...]”. O tempo concreto é uma categoria bem ampla e não pode ser definido somente como tempo cíclico, mas o engloba, de tal modo que “existem noções lineares de tempo essencialmente concretas, a exemplo da noção judaica da história, que vai desde o Êxodo e culmina com a Segunda Vinda do Messias, conforme está definido nos registros bíblicos. O tempo concreto não estrutura os eventos, mas é estruturado por eles. Dessa forma, o modo de cálculo relacionado ao tempo concreto não é baseado numa sucessão de unidades temporais constantes, e sim em eventos, tais como: os ciclos lunares, as estações anuais, o ocaso do sol etc.

Apesar de o relógio mecânico ser uma invenção humana antiga, a exemplo da clepsidra (relógio de água presente na sociedade romana antiga), Postone (2014, p. 236) postula que não se deve entender o surgimento do tempo abstrato simplesmente “por um desenvolvimento técnico”, como essa ferramenta. “Em vez disso, a própria aparição do relógio mecânico deve ser entendida como referência a um processo sociocultural que essa invenção, por sua vez, reforçou decididamente” (Postone, 2014, p. 236). Toma-se como exemplo a China, cujo nível de desenvolvimento tecnológico era superior ao da Europa medieval em vários aspectos, antes do século XIV. A China, no século II, teve o surgimento de um gigantesco relógio astronômico movido a água, para o imperador chinês.

No entanto, tal instrumento era utilizado, sobretudo, “para indicar e estudar os movimentos dos corpos celestes, que também indicava horas constantes” (Postone, 2014, p. 237). Apesar disso, “nem o aparelho nem a marcação de horas iguais parecem ter tido grande efeito social”, (Postone, 2014, p. 238). E mesmo com a introdução dos relógios mecânicos na China no final do século XVI pelo missionário jesuíta Matteo Ricci, não provocou alterações na organização da vida social. Tomando como exemplo também o Japão, mesmo após a adoção do relógio mecânico trazido pelos europeus no século XVI, continuou predominante as horas antigas variáveis.

Portanto, definitivamente, o relógio mecânico não é o fator determinante de origem do tempo abstrato, apesar de estar intimamente relacionado a ele.

No período medieval, em especial na Europa, o tempo predominante era o tempo da Igreja. Havia uma necessidade de disciplina nos mosteiros medievais, o que fazia com que o estilo de vida desenvolvido nesses locais fosse estritamente regulado pelo tempo. A regulação do tempo, nesse período, acontecia por meio de uma série de horários definidos para a realização das atividades. Entretanto, apesar dessa forma de uso do tempo, não é ela que vai determinar o surgimento do tempo abstrato, pois, segundo Postone (2014, p. 242), ela “não implica nem depende de unidades de tempos constantes, ela é bastante distinta de outra forma de disciplina (a fabril) na qual as unidades de tempo servem como a *medida* da atividade”.

Em meados do século XIV, com a expansão do comércio, houve “proliferação de vários tipos de sinos nas cidades medievais europeias, especialmente as campainhas de trabalho” (Postone, 2014, p. 243). Esses sinos “eram expressão de uma nova forma social que começara a surgir, particularmente na indústria têxtil medieval” (Postone, 2014, p. 243). A produção dessa indústria não abastecia apenas o comércio local, e ao lado da indústria de metal, tornou-se uma das pioneiras na produção em massa para exportação. A indústria têxtil medieval tinha como princípio organizador “a forma primitiva de relação entre capital e trabalho assalariado” (Postone, 2014, p. 243). Era um tipo de produção com relativa larga-escala, com controle privado, e baseada em trabalho assalariado. O lucro da produção dependia em parte da diferença entre o valor do tecido produzido e os salários que os mercadores pagavam aos trabalhadores, ou seja, dependia da produtividade da força de trabalho que contratavam. Dessa forma, a produtividade passou a se constituir como importante categoria social na indústria têxtil no contexto da Europa ocidental medieval.

Em decorrência de uma crise econômica no final do século XIII, a indústria têxtil foi fortemente afetada. Nesse período, os trabalhadores eram pagos diariamente. Por conta da crise, os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos. Com isso, “ao que parece, foram os trabalhadores que, no início do século XIV, exigiram o prolongamento da jornada de trabalho para aumentar seus salários” (Postone, 2014, p. 244). Entretanto, isso acabou se tornando algo desfavorável aos trabalhadores, pois os

mercadores se aproveitaram da situação para regular a jornada de trabalho de forma mais estrita. Foi nesse contexto que “as campanhas de trabalho, que publicamente marcavam o começo e o fim da jornada, bem como os intervalos para as refeições, difundiram-se nas cidades produtoras de tecido na Europa” (Le Goff 1980 *apud* Postone, 2014, p. 244). Com isso, acontece um afrouxamento da relação da jornada de trabalho com o tempo “natural”, pois, a reivindicação de um dia mais longo, em outras palavras, é uma jornada de trabalho que extrapola o período de luz solar. Com isso, Postone (2014, p. 244) afirma que “pode-se argumentar que o movimento em direção a unidades de tempo uniformes estava potencialmente presente, uma vez que o dia de trabalho não mais vinculado diretamente ao ciclo diurno se constituiu historicamente”.

O fato é que a jornada de trabalho deixou de ser determinada “naturalmente”, isto é, durante o dia. E o marco disso é a chegada do sistema de sinos de trabalho, cuja implementação teve como objetivo coordenar o tempo de trabalho de uma grande quantidade de trabalhadores (Postone, 2014). E o contexto de surgimento dessas ferramentas é justamente o da produção de produtos em larga escala, para serem trocados no mercado, tendo como base o trabalho assalariado. Portanto, o surgimento do tempo abstrato está relacionado com o desenvolvimento das relações sociais baseadas na forma-mercadoria. É justamente nesse contexto social que surgem os relógios mecânicos na Europa.

A inserção do sistema de sinos no ambiente de trabalho, sem dúvidas foi um marco na forma de controle da jornada de trabalho no século XIV. Logo após isso, no final do século XIX, acontece a inserção de relógios sonoros em torres que pertenciam aos municípios nas principais áreas urbanizadas das cidades, e a hora de 60 minutos estabeleceu-se firmemente nesse contexto, substituindo o dia como o principal referencial temporal de tempo de trabalho. Apesar disso, o tempo abstrato não se expande rapidamente, ele “só se generalizou mais tarde” (Postone, 2014, p. 246). Como consequência, à medida que a forma-mercadoria se torna a forma dominante de estruturação da vida social, o tempo abstrato a acompanha, de modo que o “progresso” do primeiro é o “progresso” do segundo, pois com diz Postone (2014, p. 247), “o progresso do tempo abstrato como forma dominante de tempo está estreitamente ligado ao “progresso” do capitalismo como forma de vida”.



O novo tempo, agora bem visível nas torres de relógio, “era o tempo associado a uma nova ordem social, dominada pela burguesia, que não apenas controlava as cidades política e socialmente” (Postone, 2014, p.48), mas também começava a se apossar de uma hegemonia que, por muito tempo, pertenceu à Igreja. Nesse sentido, o tempo abstrato surge historicamente com a emergência da dominação burguesa, o qual vai ser fundamental aos interesses dessa classe, mas vai muito além do escopo de dominação da burguesia. Isso significa que a burguesia não está isenta da coação dessa nova forma de dominação, pois o tempo abstrato “expressa uma forma de dominação além daquela classe dominante” (Postone, 2014, p. 48). Isso acontece porque, na sociedade capitalista, “as formas sociais temporais [...] têm uma vida própria e são imperiosas para todos os membros[...]” dela, apesar dessas formas temporais beneficiarem materialmente apenas uma classe, a classe burguesa. Com a expansão e a consolidação do capitalismo como nova organização social, o tempo estabeleceu a sua tirania, se autonomizou e expandiu a sua dominação para além do chão da fábrica, como diz Postone (2014, p. 249): “A dominação temporal constituída pelas formas mercadoria e capital não se restringe ao processo de produção, mas se estende a todas as áreas da vida”. Portanto, o surgimento do tempo abstrato como está intimamente relacionado com o surgimento do capitalismo como sistema de organização social, o qual “acarretou a substituição de antigas formas de tempo concreto pelo tempo abstrato” (Postone, 2014, p. 250)

O tempo como unidade de medida, torna-se um grande aliado no processo de produção nas fábricas e indústrias. Com a sua chegada, ocorre um aprimoramento da racionalização do trabalho nas indústrias, o que torna produção cada vez mais otimizada, de modo que se torna cada vez mais fragmentada e padronizada, e assim cada trabalhador fica responsável apenas por uma parte da produção. Desse modo, passou-se a lidar com o tempo do mesmo modo como se lida com o dinheiro, atribuindo a ele também qualidades objetivas, impessoais e abstratas (Cardoso, 2007). Como consequência disso, “o tempo pode ser utilizado, pode ser gasto ou rentabilizado” (Cardoso, 2007, p. 26).

Controlar o tempo de trabalho dentro das fábricas torna-se uma necessidade nas sociedades industriais. Dessa forma, controle do tempo também significa controle

do trabalho (Faria; Ramos, 2014). O tempo, nesse sentido, passa a exercer uma coerção sobre o trabalhador, uma coerção que visa o surgimento da autodisciplina nos indivíduos e objetiva uma forma peculiar de riqueza burguesa: a compra do tempo de trabalho para produzir lucro.

O tempo, nas sociedades capitalistas industriais, torna-se valiosíssimo, de modo que se alguém passa horas e horas em atividades que não são consideradas produtivas, como ler um livro apenas para passar o tempo ou assistir a um filme como uma atividade de lazer, tais atos não recebem consideração social, pelo contrário, são considerados perda de tempo, e é nesse contexto que aparece aquela famosa frase, “tempo é dinheiro!”.

A investigação do tempo a partir de uma perspectiva sócio-histórica é imprescindível para a compreensão das mudanças na forma que a humanidade tem lidado com o tempo na história. Ela permite também que se compreenda as razões pelas quais o tempo se tornou algo tão valioso no modo de produção capitalista a ponto de a sua posse se tornar cada vez mais disputada entre capitalistas e trabalhadores. Tal investigação, portanto, evita que se tenham impressões equivocadas acerca do tempo abstrato, como percepção dele como algo natural e eterno. Além do mais, tal busca, a fim de compreender o tempo como uma categoria sócio-histórica, possibilita compreender como a fronteira entre tempo de trabalho e o tempo livre está desaparecendo paulatinamente e de forma bastante sutil, e os dispositivos digitais têm sido um divisor de águas nesse processo.

O advento das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs), a exemplo das ferramentas digitais como celular, notebook, computador, tablet dentre outros, é algo que provocou um grande impacto na percepção e no uso do tempo, pois com tais dispositivos, a necessidade de estar presencialmente na empresa ou em qualquer outra instituição está cada vez menos necessária em alguns setores, pois o trabalho acompanha o funcionário para qualquer lugar, sendo necessário, para isso, ter à disposição apenas um dos dispositivos acima mencionados e uma rede de internet.

Uma das consequências da chegada desses novos dispositivos é que isso vulnerabiliza cada vez mais o trabalhador no que diz respeito à jornada de trabalho, principalmente aqueles trabalhadores que atuam com atendimento pessoal, dados e

tecnologia, pois, nesses casos, estar no prédio da empresa deixou de ser algo imprescindível para a execução do trabalho. O trabalhador pode perfeitamente fazer o seu trabalho na sua casa e em qualquer horário, sendo necessário, para isso, apenas a presença de um computador ou notebook e acesso à internet. E isso facilita burlar a legislação trabalhista pelas empresas no que diz respeito à jornada formal de trabalho. E uma das artimanhas usadas por muitas empresas atualmente é usar o sistema de gestão por metas (Antunes; Praun, 2015).

Dessa forma, mesmo que a empresa diga ao funcionário que são apenas oito horas diárias de trabalho, ao utilizar tal sistema, o funcionário se vê pressionado a atingir tais metas, pois caso ele não as atinja, ele corre o risco de perder o emprego. E como as metas só aumentam, a cada aumento que ocorre, mais horas são necessárias para o seu atingimento, e isso faz com que, com o passar do tempo, apenas oito horas não sejam mais suficientes para alcançar tais metas, e isso faz com que o funcionário, a fim de atingi-las, leve trabalho para casa e, assim, a jornada de trabalho vá além daquela prevista na legislação trabalhista. Tal sistema de gerenciamento faz com que haja uma disciplinarização entre os funcionários, a qual muitas vezes não exige a presença de um chefe (Antunes; Praun, 2015), pois a busca pelo atingimento das metas compele o trabalhador a ser produtivo o tempo todo, o que dispensa a presença da figura de um supervisor.

No contexto do Capitalismo flexível, em alguns setores cuja atividade possui um alto nível de complexidade, mesmo com uma jornada de trabalho inferior à de trabalhadores de outra época cuja jornada era superior em termos quantitativos, alguns trabalhadores trabalham mais do que outros. Por que isso acontece? Sobre isso, vejamos o que diz Bernado (1996, p. 46), conforme citado por Faria e Ramos (2014, p. 57):

Um trabalhador contemporâneo, cuja atividade seja altamente complexa e que cumpra um horário de sete horas por dia, trabalha muito mais tempo real do que alguém de outra época, que estivesse sujeito a um horário de quatorze horas diárias, mas cujo trabalho tinha um baixo grau de complexidade. A redução formal de horário corresponde a um aumento real do tempo de trabalho despendido durante esse período.

O fato é que com o avanço científico e tecnológico, vários tipos trabalhos com alta complexidade foram surgindo, os quais exigem um alto nível de dispêndio de energia psíquica, ou seja, mais intensidade. Essa é uma das dimensões do tempo de trabalho, segundo o sociólogo marxista Dal Rosso.

Dal Rosso (2011), afirma que “intensidade” diz respeito ao esforço físico, intelectual ou emocional que o trabalhador emprega ao executar uma tarefa no decurso de uma unidade de tempo. A abordagem dessa dimensão do tempo de trabalho é fundamental na análise do mundo do trabalho contemporâneo, pois ela destaca o aspecto qualitativo do tempo de trabalho e oferece uma significativa contribuição na compreensão do tempo de trabalho, principalmente porque atividades cuja execução exigem o uso predominante de energia mental têm crescido exponencialmente.

Outra dimensão do tempo de trabalho identificada por Dal Rosso (2011) diz respeito à sua duração. Ele a define como medidas oficiais de tempo em que um certo trabalho leva para ser realizado, podendo ser identificado por meio das seguintes perguntas: qual a quantidade de tempo, qual a quantidade de dias, qual a quantidade de horas, podendo ser empregado tanto para o dia como para a semana, o mês e assim sucessivamente. Duração é, portanto, a quantidade de tempo convencional estabelecida para a realização do trabalho, seja diário, semanal, mensal, anual e outros.

E a terceira dimensão do tempo de trabalho identificada por Dal Rosso (2011) trata-se da “distribuição”. Essa dimensão diz respeito aos momentos em que determinado trabalho leva para ser realizado dentro de um intervalo de tempo. Aqui cabem interrogações como: “Quando” e “em que horário”, tal trabalho será realizado? Questões como estabilidade/flexibilidade, os turnos de realização do trabalho, pagamento ou outro tipo de compensação de horas trabalhadas além da jornada de trabalho; tudo isso são aspectos que estão dentro da dimensão da distribuição do tempo de trabalho.

Diante do que já foi discutido, fica evidente, portanto, que realizar uma investigação do tempo a partir de uma perspectiva sócio-histórica torna-se bastante relevante, pois possibilita compreender o processo de transformação da percepção e do modo como a sociedade lida com o tempo, que, sob o modo de sistema capitalista,

é um elemento cada vez mais disputado por empregador e empregado. Dal Rosso (2011) afirma que essa temática é um dos pontos fundamentais para a compreensão das relações entre empregadores e empregados.

### **3 TRABALHO DOCENTE**

Neste capítulo, discute-se acerca de alguns enfoques dentro do conceito de trabalho docente tomando como base alguns autores que discorrem sobre o assunto, além de alguns marcos legais brasileiros.

#### **3.1 Trabalho docente: alguns enfoques**

O conceito de condições de trabalho aqui presente designa um conjunto de recursos, materiais, temporais e intelectuais necessários para realização de determinada atividade laboral. Conforme Oliveira e Assunção (2010, p. 3), os recursos que tornam possível a realização de um trabalho envolvem “as instalações físicas, os materiais e os insumos disponíveis, os equipamentos e os meios de realização das atividades e outros tipos de apoios necessários, dependendo da natureza da produção”. Contudo, condições de trabalho vão além disso, e envolvem também formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade” (Oliveira e Assunção, 2010, p.3). Esse conceito envolve ainda os aspectos relacionais do contexto de trabalho, como a questão da hierarquia e da relação patrão-empregado e empregado-empregado.

O trabalho docente é um conceito bastante amplo e que abarca não somente os professores e a regência em classe, mas envolve uma equipe variada de profissionais que atuam na escola e em outras instâncias burocráticas, como conselho tutelar e secretaria de educação. O trabalho docente é, portanto, uma atividade que extrapola a regência em classe e que vai além do trabalho do professor. De acordo com Oliveira (2010, p. 1), o trabalho docente

trata-se de uma categoria que abarca tanto os sujeitos que atuam no processo educativo nas escolas e em outras instituições de educação, nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades, quanto as atividades laborais realizadas

Neste ponto da discussão, não nos deteremos sobre as discussões conceituais acerca do trabalho docente, pois este não é o foco deste trabalho. A discussão deste tópico se limitará a abordar apenas alguns pontos dentro da categoria trabalho docente, a saber: tempo de trabalho docente, a carga de trabalho dos professores e escola como espaço e ambiente privilegiado de realização do trabalho docente.

A escola é o espaço e o ambiente privilegiado de realização do trabalho docente. Colocamos as palavras espaço e ambiente na mesma sentença porque entendemos que elas não são sinônimas, mas carregam sentidos diferentes. Quando falamos de espaço estamos nos referindo às condições físicas da escola, a saber: as condições e o tamanho das salas de aula, o estado do piso, a iluminação, se é um local livre de ruídos, se as carteiras estão em boas condições e em tamanhos adequados para os alunos; todas as salas de aula são climatizadas, qual o estado dos sanitários, a questão da acessibilidade a alunos com alguma limitação física.

Quando falamos da questão ambiental da escola, estamos nos referindo mais especificamente ao modo de funcionamento da escola, isto é, ao cotidiano escola, às relações entre os sujeitos que nela atuam, entre professores e professores, entre professores e a direção/supervisão ou coordenação. É um ambiente respeitoso e agradável para se trabalhar, em que o diálogo é a principal forma de resolver as questões? O tipo de gestão predominante obedece ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), isto é, o modelo democrático, ou as decisões são tomadas de forma monocrática e autoritária? Os professores são ouvidos e atendidos quando necessitam de algo relacionado ao seu trabalho?

O tempo de trabalho dos professores, assim como de outros profissionais está cada vez mais difícil de ser medido com precisão. Isso porque, no contexto do Capitalismo flexível e na sociedade cada vez mais conectada, marcada pela presença cada vez maior dos aparelhos tecnológicos como os smartphones, notebooks e computadores, tornou-se possível entrar em contato com alguém mesmo que geograficamente esteja distante. Nesse contexto, são cabíveis as palavras de Cardoso (2007. p. 39), quando ela afirma que tais recursos tecnológicos “servem para acionar os trabalhadores a qualquer momento e em qualquer local”. Além disso, algo que tem

ganhado cada vez mais espaço no mundo do trabalho é o teletrabalho, também conhecido como homeoffice. Empresas principalmente ligadas ao ramo tecnológico e de dados estão migrando para essa nova modalidade de trabalho.

No que diz respeito à jornada de trabalho dos professores, tomando como base a Lei nº 11.738/2008, os educadores podem ter uma jornada de até 40 horas semanais, sendo que 2/3 dessa jornada é para atividades de interação com os educandos, e 1/3 para atividades extraclasse (Brasil, 2008), ou seja, reuniões, planejamento, correção de atividades, preparação de aula etc. A referida lei fixa dois tipos de jornada: 20 e 40 horas. Em qualquer uma das jornadas, 1/3 deve ser direcionado para atividades extraclasse. Tal proposta é ratificada pela Lei nº 14.817/24, pois no artigo 4º, no inciso IX, consta a seguinte diretriz: “jornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais, da qual, no caso da regência de classe, parte será reservada a estudos, planejamento e avaliação [...]” (Brasil, 2024).

O trabalho docente difere bastante de outros tipos de trabalho. Talvez a principal característica do trabalho docente, e que a difere dos demais, é o fato dele não se restringir apenas ao ambiente escolar físico. O professor trabalha antes, durante e depois da aula. Ele prepara a aula, dirige a classe e atua em demandas decorrentes das aulas, como correção de atividades, atendimento aos pais, que muitas vezes entram em contato porque o aluno chegou em casa com alguma queixa ou com alguma material faltando dentre outras demandas. Tudo isso é trabalho docente. Tudo isso é a jornada de trabalho do professor. Apesar de muitas vezes não ser contabilizado, o tempo em que o professor gasta planejando a aula, confeccionando recursos pedagógicos, pesquisando material para usar na aula ou corrigindo atividades; o tempo em que gasta esclarecendo ao pai de um aluno alguma questão da aula daquele dia, o tempo respondendo a mensagens relacionadas ao seu trabalho não é incluído na carga horária formal de trabalho dos professores, mas tudo isso é tempo de trabalho.

Cardoso (2007), ao analisar a categoria tempo nas sociedades contemporâneas, chama a atenção para o fato de ser necessário questionar-se acerca daquelas tarefas do trabalho que são levadas para casa, mas que não são contabilizadas como tempo de trabalho e, conseqüentemente, não são remuneradas. Segundo a autora supramencionada, os tempos dedicados a tais tarefas são sim tempos de trabalho, pois

tais atividades estão relacionadas ao trabalho, de forma direta ou indireta, ainda que não sejam contratadas ou remuneradas. Com isso, tempo livre do professor, acaba sendo preenchido por atividades relacionadas ao seu trabalho. Essa é uma realidade que atinge a maioria dos professores brasileiros. Em vez de usar a noite para o descanso, lá está o professor muitas vezes corrigindo tarefas da aula realizadas naquele dia. Ou seja, uma tendência do mundo empresarial vem se instalando aos poucos e de forma sorrateira no âmbito educacional.

Com relação à carga de trabalho dos professores, apresentar uma noção precisa é bastante difícil. Isso porque, segundo Tardif e Lessard (2014) a noção carga horária é uma noção bastante complexa e que remete a vários fenômenos, dos quais alguns não são quantificáveis. Os mesmos autores dizem ainda que quando se vai determinar a carga de trabalho dos professores, alguns fatores devem ser considerados. Vejamos abaixo tais fatores.

Em primeiro lugar, deve-se considerar os fatores materiais e ambientais. Estes envolvem “a natureza dos lugares e os recursos materiais disponíveis” (Tardif; Lessard, 2014). Por exemplo, se a escola X padece da insuficiência de material didático adequado, se não há biblioteca, se as salas de aulas não são climatizadas, se não há recursos financeiros suficientes para atender às principais demandas da escola; todos esses fatores envolvidos implicam na carga de trabalho dos professores.

Em segundo lugar, os fatores sociais também devem ser considerados quando se discute sobre a carga de trabalho dos professores. Mas o que envolve tais fatores sociais? Para Tardif e Lessard (2014, p. 113), são considerados fatores sociais “localização da escola (em meio rural ou urbano, num quarteirão rico ou pobre etc.), a situação socioeconômica dos alunos e de sua família, a violência reinante no quarteirão, a venda de drogas entre crianças, etc.”. Tudo isso incide de forma positiva ou negativa na carga de trabalho do professor.

Em terceiro lugar, surgem os fatores ligados ao “objeto de trabalho”. São eles: “tamanho das turmas, a diversidade das clientelas, a presença de alunos com necessidades especiais e com dificuldades de adaptação e de aprendizagem, a idade dos alunos, o sexo, o nível de maturidade, etc.” (Tardif; Lessard, 2014, p. 114).



Em quarto lugar, pontua-se as demandas de caráter formal ou burocrático, que são: “observância dos horários, avaliação dos alunos, atendimentos aos pais, reuniões obrigatórias, tarefas administrativas, etc.” (Tardif; Lessard, 2014, p.114) Pode-se acrescentar a isso também o registro da frequência dos alunos.

Diante do exposto, é possível perceber que a carga de trabalho do professor é composta por uma vasta gama de atividades que se entrecruzam e que todos esses fatores, apesar de estarem descritos de forma dividida e sequenciada, Tardif e Lessard (2014) chamam a atenção para o fato de que tais fatores atuam de forma concomitante, o que complexifica e tensiona a carga de trabalho do professor, pois são muitas demandas que ele precisa dar conta ao mesmo tempo. Dessa forma, o professor se vê cada vez mais pressionado a dar conta de demandas que aumentam a cada dia, mas que devem ser realizadas dentro da mesma jornada de trabalho de sempre.

De acordo com a Lei Municipal nº 2181, de 21 de outubro de 2019, que trata da reestruturação e organização do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Timon, no art. 8º, as tarefas do professor são estas:

- I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos como menor rendimento;
- V – Cumprir os dias letivos e ministrar as horas aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; (Timon, 2019, online).

Essa lei acompanha estritamente o que propõe a Lei nº 9394/96, no art. 13., que trata das incumbências dos docentes brasileiros da educação básica.

Apesar de serem apenas seis incumbências, o cumprimento de cada uma envolve a execução de várias micro atividades pelo professor, as quais já forma mencionadas acima. O trabalho docente, de um modo geral, é um misto de várias atividades conjuntas e diversificadas, nas quais atuam vários tipos de profissionais para que ele aconteça. De modo mais específico, o trabalho docente se materializa no

espaço e no ambiente escolar, e de modo mais restrito, na sala de aula, pois é ali que se realiza o processo de ensino-aprendizagem, de fato.

Todo tipo de trabalho acontece em determinadas condições específicas. E no capitalismo, nem todo trabalho acontece em condições adequadas para quem o executa. Muitas vezes acontece em condições insalubres e degradantes. E isso tem afetado diretamente a saúde do trabalhador, e às vezes provocado óbitos. Além disso, as condições de trabalho estão intimamente relacionadas à qualidade de sua realização e à motivação de quem o realiza.

No caso do trabalho docente, tomaremos como base a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece as diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Essa lei, no artigo 6º, afirma que as condições de trabalho dos profissionais da educação escolar básica, indispensáveis para o êxito do trabalho pedagógico, contemplarão:

- I – Adequado número de alunos por turma, que permita a devida atenção pedagógica do profissional a cada aluno, de acordo com as necessidades do processo educacional;
- II – Número de turmas, por profissional, compatível com a sua jornada de trabalho e com o volume de atividades profissionais extraclasse, decorrentes do trabalho em sala de aula;
- III – disponibilidade, no local de trabalho, dos recursos didáticos indispensáveis ao exercício profissional;
- IV – Salubridade do ambiente físico de trabalho;
- V – Segurança para o desenvolvimento das atividades profissionais;
- VI – Permissão para o uso do transporte escolar no trajeto entre o domicílio e o local de trabalho, quando não houver prejuízo do uso pelos estudantes; (Brasil, 2024).

Considerando o excerto acima, entende-se que as condições inadequadas para a realização do trabalho docente são aquelas que vão de encontro ao que está proposto nos incisos acima. Acrescentamos ainda o fato de, não apenas a quantidade de alunos deve ser apontada, mas também a questão das necessidades especiais e dos transtornos de aprendizagem (Tardif; Lessard, 2014). Uma turma com uma grande quantidade de alunos dificulta o trabalho de assistência do professor? Sim. Mas o fato de uma turma ter algum aluno autista, hiperativo ou com algum transtorno de aprendizagem; também dificulta o trabalho do professor em sala de aula, devendo, portanto, serem considerados quando se trata de condições de trabalho docente.

Diante do exposto, o que se verifica é que “condições de trabalho docente” é uma temática bastante ampla e difícil de ser esgotada num único trabalho. O que se pode fazer é abordar certos aspectos que envolvem esse tema e trabalhar a partir de tais enfoques. Por isso, esta pesquisa gira em torno de três aspectos que estão dentro dessa temática, a saber: a jornada de trabalho do professor, a carga de trabalho e as condições ambientais e físicas da escola. É a partir de tais enfoques que desenvolvemos este trabalho.

### **3.2 Precarização do trabalho docente**

Neste tópico, discute-se acerca do conceito de precarização do trabalho docente.

O termo “precarização” é um conceito que tem sua origem nas Ciências Sociais. Esse conceito tem se tornado uma categoria bastante utilizada pelos pesquisadores dessa área do conhecimento para abordar alguns aspectos negativos que envolvem o mundo do trabalho, especificamente com a chegada do neoliberalismo como novo paradigma econômico e a desestruturação do Estado de Bem-Estar Social nos países industriais (Araújo; Morais, 2017). Alguns desses aspectos são: flexibilização, intensificação, desemprego, surgimento de novas categorias de trabalhadores, competitividade, desvalorização profissional, desgaste, cansaço excessivo, desistência, adoecimento, sobrecarga de trabalho (Marin, 2010) etc.

Ao ser transportado para o universo da Sociologia da Educação, o conceito de precarização refere-se às “mudanças marcadas por características negativas no conjunto do exercício da função docente” (Marin, 2010, p. 1). Algumas dessas características são: desvalorização da profissão, sobrecarga de trabalho do professor, aumento da jornada de trabalho, aumento no número de contratação por vínculos frágeis, alta rotatividade nos empregos, insegurança, insalubridade dos locais de trabalho, aumento da carga de trabalho (Silva, 2020) dentre outros. Nessa perspectiva, a precarização do trabalho atinge também o campo educacional, o qual não está isento dos efeitos da lógica destrutiva do capital. Seki et al. (2017) ao explorarem dados sobre os professores temporários no Censo Escolar da Educação Básica, denunciam o aumento no número de contratação temporária de professores nessa modalidade de ensino, evidenciando a precarização do trabalho docente no Brasil. Tais dados indicam

um aumento da modalidade de contratação temporária, pois apontam um aumento de 37% para 41% entre os anos de 2011 e 2015.

Em vez de implementar políticas educacionais que valorizem os professores, os Estados nacionais, cada vez mais pressionados por órgãos econômicos externos, como OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Banco Mundial, têm colocado em práticas políticas que vão de encontro aos princípios de valorização do magistério (Soares, 2020). Nesse contexto, a educação escolar passa a ser vista como um investimento altamente rentável, “o que se traduz por uma racionalização das organizações escolares e enxugamentos substanciais nos orçamentos” (Tardif; Lessard, 2014, p. 25). São modos de administração advindos do campo empresarial e industrial que visam o aumento da eficácia, ao mesmo tempo que realizam enxugamento de gastos com o trabalhador.

É um cenário difícil, sem dúvidas. Os professores que são contratados sob o regime temporário são profissionais que trabalham sem a garantia de emprego futuro sendo, dessa forma, impedidos de realizar qualquer planejamento de longo prazo, pois quem garante que ao fim de um contrato terá sua renovação garantida ou, terá de imediato outro seletivo ou concurso (este cada vez mais escasso) a que possam pleitear uma vaga de trabalho. (Moura; Mendes Segundo; Aquino, 2021). A incerteza é sem dúvidas uma marca desse tipo de contrato de trabalho.

De acordo com Linhart (2014), conforme citado por Silva (2020), a precarização possui duas dimensões: a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva. A primeira diz respeito às condições físicas do contexto em que se realiza o trabalho docente, ou seja, a escola. Por exemplo: a pobreza ou a inexistência de biblioteca, piso rachado, teto com goteira, salas não climatizadas salas de aula incompatíveis com a quantidade de alunos, falta de recursos didáticos, falta de aparato de segurança dentre outros. Mas não apenas isso, essa dimensão engloba também a sensação de insegurança decorrente do tipo de vínculo empregatício ao qual esteja submetido (ou da inexistência dele). Isso é algo inerente ao professor não efetivo, cujo vínculo empregatício tem data marcada para terminar. Já a dimensão subjetiva da precarização é um reflexo das condições materiais, pois trata-se do clima de insegurança na escola que decorre de problemas sociais como as drogas, a violência, a indisciplina dos alunos. Essa

dimensão envolve também o medo, o isolamento, o abandono, a sensação de incompetência por não dar conta das inúmeras demandas do trabalho docente, o que gera ansiedade, estresse e perda da autoestima. Esses são alguns elementos, mas não os únicos, que dizem respeito à precarização subjetiva.

A precarização do trabalho docente é percebida com maior ênfase em quem está na linha de frente do processo educacional, que são os professores. Tanto os docentes não efetivos como os docentes efetivos são atingidos pelos efeitos da precarização do trabalho. O que muda é que uma categoria, os docentes não efetivos, é mais atingida do que a outra, os efetivos. Vejamos abaixo algumas características de cada uma delas.

Mas então, quem é o professor não efetivo? Silva (2020) denomina esse profissional da educação de “precariado professoral”. Trata-se da “fração mais mal paga e explorada dos professores brasileiros, em geral certificada, em sua maioria jovem, [...], em início de carreira e que desenvolvem vínculos de trabalho precários” (Silva, 2020, p. 120). Essa categoria de trabalhadores vive sob uma relação empregatícia frágil, tênue e desprotegida com os vínculos empregatícios, possuem uma grande dificuldade de organização política e vive sob uma contante instabilidade pessoal e profissional (Silva, 2020). Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021) afirmam que o professor não efetivo é um tipo de profissional contratado mediante vínculo empregatício por tempo determinado, com vistas a suprir ou completar a falta de professores efetivos. A contratação temporária de professor, que também é conhecido como substituto, celetista, é realizada mediante contrato atípico, em que uma das marcas é a ausência ou redução de direitos trabalhistas e de estabilidade, realizada com vistas a atender uma exigência temporária de excepcional interesse público.

É importante ressaltar que, quando se fala em professor não efetivo engloba-se todos os docentes que estão atuando em alguma escola pública cuja forma de contratação não foi mediante concurso público. Nessa categoria estão envolvidos aqueles professores que foram contratados por intermédio de processo seletivo simplificado, convocação sob demanda (em caso de convocação da escola por conta de ausência de algum professor), indicação política (ou quaisquer formas de apadrinhamento) dentre outras. São profissionais que não gozam de estabilidade

empregatícia, nem de níveis salariais ou direitos trabalhistas que são inerentes aos docentes efetivos. Sem dúvidas, a precarização atinge em maior intensidade os professores não efetivos.

Um dos aspectos que distinguem os professores efetivos dos não efetivos é a estabilidade do emprego. Entretanto, apesar de estarem isentos de alguns elementos de precarização, como a instabilidade contratual, ausência de perspectiva de carreira, e ausência de identidade profissional (Silva, 2020); os professores efetivos também experimentam outros “ingredientes” da precarização do trabalho. Dentre eles podemos citar: aumento da carga de trabalho, o aumento da jornada de trabalho e a insalubridade dos locais de trabalho. Assim, o fato de um trabalhador estar submetido a relações formais e estáveis de emprego não o isenta da precarização. Silva (2020) afirma que não se pode confundir precarização com informalidade, trabalho temporário ou outras formas atípicas de contratação, pois o trabalhador pode perfeitamente estar na condição de precarizado, mesmo sob relações formais de emprego. E essa é a condição de trabalho de muitos docentes efetivos que, apesar do vínculo empregatício ser estável, convivem diariamente com diversos elementos de precarização do trabalho, alguns dos quais já foram mencionados acima.

## **4 O TRABALHO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TIMON-MA**

Neste capítulo apresentaremos a análise dos dados produzidos por intermédio de uma entrevista semiestruturada com uma professora efetiva da rede municipal de ensino de Timon-MA.

Os critérios para a participação desta pesquisa foram os seguintes: ser formado em Pedagogia, estar atuando na rede de ensino na condição de efetiva, e ter mais de quinze anos de atuação na rede municipal de educação de Timon-MA.

Delineamos o perfil demográfico e acadêmico da interlocutora da pesquisa a partir dos dados fornecidos mediante a entrevista realizada, e como forma de garantir o sigilo da identidade da professora, utilizamos o seguinte pseudônimo para identificá-la: Maria da Conceição.

Maria da Conceição, possui 46 anos, negra de cor parda, viúva, não tem filhos, mora com uma sobrinha, e é responsável pela contribuição total do sustento das despesas da casa. Graduiu-se em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, no ano de 2006. Possui duas especializações: AEE e Libras, e Educação e Proteção Social, todas pela UESPI. Ingressou como professora efetiva na rede municipal de Timon-MA no ano de 2008. Atualmente, atua sob um regime de 20 horas. A turma em que a professora atua se trata de uma turma de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos, primeira e segunda etapa, no turno noturno.

### **4.1 As condições físicas e ambientais da escola**

Neste tópico abordamos os aspectos relacionados às condições materiais da escola e o ambiente relacional de trabalho da professora entrevistada, que envolvem as relações que se estabelecem entre professores e gestores, e entre professores e alunos. Para a compreensão dessas condições, algumas perguntas foram realizadas.

Quanto à segurança para desenvolver seu trabalho na escola, a professora respondeu:

*É... (a professora hesitou por uns 5 segundos antes de continuar a resposta) existe uma insegurança, de certa forma, entendeu?, por causa da violência. Inclusive, o município já nos alertou sobre isso. Mas ainda bem que o professor [...]³ (menciona o diretor da escola) tem um aparato muito bom de segurança, entendeu? Nós temos câmeras, vigias... mas a gente se sente... né... porque a gente já teve outras situações..., entendeu? Já vivenciei falta de respeito. Um aluno já chegou a me agredir verbalmente, mas, nada físico, não, entendeu? Mas verbalmente, sim.*

As condições de trabalho do professor, do ponto de vista ambiental, dizem respeito ao contexto relacional e interpessoal em que o professor realiza o seu trabalho. Envolve o “clima do ambiente escolar” (Placco et. al., 2022), que decorre da relação entre todos os funcionários da escola, da relação entre professores e alunos, e do contexto socioeconômico em que a escola está inserida. Se a escola está situada num contexto em que problemas sociais como a violência, as drogas e a criminalidade são reinantes, isso afeta diretamente as condições de trabalho do professor (Tardif e Lessard, 2014). Nesse contexto, merece destaque uma das exigências indispensáveis para o êxito do trabalho pedagógico que é “a segurança para o desenvolvimento das atividades profissionais” (Brasil, 2024, on-line). Em condições de insegurança, o professor, dificilmente consegue realizar o seu trabalho de forma plena. E esse clima de insegurança resulta em algo que Linhart (2014), conforme citado por Silva (2020), chama de “precariedade subjetiva”, que envolve um conjunto de sentimentos e sensações provocados pelas condições objetivas do contexto de trabalho, dentre os quais um deles é a insegurança.

De acordo com a resposta da professora, é possível inferir que, no âmbito ambiental, a precarização é algo presente no seu contexto de trabalho. Apesar de hesitar na hora da resposta, a professora afirma conviver, no dia a dia de trabalho, com a questão da insegurança. Ela menciona ainda o fato de já ter vivenciado uma situação de violência e agressão verbal por parte de um aluno. Com isso, apesar da existência de um certo aparato material e humano de segurança na escola, há a predominância de um clima de insegurança, que decorre de algo mais amplo, que é questão da

---

<sup>3</sup> Todas as vezes que aparecem reticências dentro de colchetes trata-se da supressão somente do nome do diretor, para que a sua identidade seja mantida sob sigilo.



violência na cidade, como mencionado pela professora. Diante disso, inferimos que a precariedade subjetiva é algo que faz parte das condições de trabalho docente dessa professora.

Quando foi indagada se tinha autonomia para realizar o seu trabalho, a professora afirmou:

*Tenho! Aqui ele (se referindo ao diretor) dá (autonomia). Aqui o professor [...] (menciona o diretor) é um cara de muito conhecimento mesmo, porque ele, todo mês, ele faz... online mesmo... pra saber o que que a gente tá achando... se a gente tá achando que a direção tá sendo democrática, se ela tá aceitando sugestões. A gente mesmo emite valores pra eles...(direção da escola) uma nota de 0 a 10, entendeu? Então, a gente tem autonomia mesmo. Ele acata tudo, ele muito liberal. Pra mim, ele é um dos melhores gestores que já tive. Eu considero a gestão dele uma gestão democrática. Ele nos ajuda em tudo. Ajuda mesmo.*

A liberdade e a autonomia para a realização do trabalho docente em sala de aula são fatores imprescindíveis. Mas isso só ocorre num âmbito de trabalho em que o tipo de gestão ali presente é a gestão democrática e participativa, um princípio presente na Lei nº 9394/96. Isso gera no professor um sentimento de pertença, de liberdade, de apoio, e de segurança para realizar o seu trabalho.

De acordo com a fala da professora, o tipo de gestão presente na escola em que ela trabalha é o da gestão democrática.

Portanto, mediante a resposta da professora, do ponto de vista da forma de gestão da escola, é possível inferir que o ambiente relacional é um aspecto bastante positivo para o trabalho docente na escola. Nesse aspecto, pode-se afirmar que as condições de trabalho do professor dessa escola ocorrem de forma adequada para que o professor possa ter um bom desempenho no trabalho docente, pois o modo de funcionamento da gestão está em conformidade com as prescrições legais.

Quando foi questionada sobre se considerava as condições físicas da sala de aula adequadas para desenvolver o seu trabalho, a professora respondeu:

*Sim. Porque tu pode ver que ela (a sala de aula) é toda arejada, ela tem um quadro bom, o espaço aqui é ótimo. Você fazer roda de conversa, você pode botar as cadeiras*

*do jeito que você quiser pra fazer... em forma de círculo e tudo, então, pra mim tá bom.*

O trabalho docente ocorre em certas condições materiais específicas. A escola é esse local oficial de realização desse trabalho. De modo mais específico, a sala de aula é o local de síntese do trabalho docente. É ali onde tudo se materializa. Para isso, é necessário que ela seja um ambiente propício e adequado. Um dos requisitos *indispensáveis* para que o trabalho pedagógico seja realizado de forma exitosa é justamente “a salubridade do ambiente físico de trabalho” (Brasil, 2023, on-line). Fatores como o tamanho, a iluminação, o piso, as carteiras, a climatização ou não da sala de aula impactam de forma positiva ou negativamente tanto o trabalho do professor como o desempenho do aluno.

Considerando a resposta da professora, do ponto de vista das condições físicas da escola, e de modo mais específico, a sala de aula, as condições de trabalho da escola da professora. Portanto, do ponto de vista do espaço físico, as condições de trabalho da professora Maria da Conceição estão adequadas ao requisito da salubridade do ambiente físico de trabalho (Brasil, 2024).

## **4.2 A carga de trabalho do professor**

Neste tópico apresentamos as análises das falas da professora do ponto de vista da carga de trabalho. Para isso, delimitamos alguns aspectos que envolvem essa questão, a saber: a disponibilidade dos recursos pedagógicos na escola, a adequação da quantidade de alunos por professor, e o cansaço após o fim da jornada de trabalho.

Ao indagarmos sobre a disponibilidade de recursos didáticos na escola como impressora, datashow, pincel, livro didático, cartazes, dentre outros, professora respondeu o seguinte:

*Dispõe de tudo. Aqui eu vou te dizer: a escola é top. Tem um diretor maravilhoso.*

Em se tratando dos recursos materiais básicos necessários para a realização do trabalho docente, a resposta da professora Maria da Conceição revela um fator favorável à realização do seu trabalho. “Dispõe de tudo”, disse ela. O fato de ela dispor

de todos os recursos que ela precisa, é algo bastante positivo tanto para ela como para os alunos. Tardif e Lessard (2014) afirmam que quando a escola padece da insuficiência desses recursos, a carga de trabalho do professor se torna muito pesada e difícil. Além disso, um dos requisitos *indispensáveis* para êxito do trabalho pedagógico é a “disponibilidade, no local de trabalho, dos recursos didáticos indispensáveis para o exercício profissional” (Brasil, 2024, online). Através da resposta da professora, é possível inferir que, do ponto de vista da disponibilidade dos recursos didáticos necessários para a aula, a escola tem dado à professora as condições necessárias para a realização do seu trabalho.

Quando perguntamos sobre o número de alunos por turma e se ela conseguia dar a devida atenção pedagógica a cada um, a resposta da professora foi a seguinte:

A professora respondeu o seguinte:

*É, sim, pois são poucos. No total, frequentando, são 14, entendeu? Assim, se toda a alfabetização fosse com o número de alunos desse jeito, a educação básica era outra. O problema é que muitas vezes... eu trabalhei doze anos na escola regular. E pra mim alfabetizar com sala de 35/41 alunos... só pra um professor... não dá pra você fazer um acompanhamento bom, não. Mas você tendo uma média de 20 alunos, é bom de mais.*

Outro fator que afeta bastante o trabalho do professor, seja positiva ou negativamente, é a quantidade de alunos da turma. Quanto mais alunos na turma, menor é a possibilidade de o professor fazer um bom acompanhamento de todos, pois o tamanho da turma é um fator que pode aumentar ou diminuir a carga de trabalho do professor (Tardif; Lessard, 2014). Não por acaso, esse é também um dos requisitos indispensáveis para o êxito do trabalho pedagógico. Tal exigência está presente no inciso I do artigo 6º da Lei nº 14.817/24, que diz que deve haver um “adequado número de alunos por turma, que permita a devida atenção pedagógica do profissional a cada aluno, de acordo com as necessidades do processo educacional” (Brasil, 2024, online). Através da fala da professora, pode-se inferir que a condição de trabalho do ponto de vista da quantidade de alunos não é um fator negativo para a realização do seu trabalho. Ao comparar as turmas com que já trabalhou com a que trabalha atualmente, a professora demonstra uma certa empolgação que, provavelmente, é devido aos

resultados com a atual turma. Isso demonstra que, de fato, um único professor para tomar conta de uma turma de mais de trinta alunos é algo que deve ser discutido e repensado nas políticas educacionais.

Ao continuar a entrevista, fomos perguntando sobre o nível de cansaço físico e psicológico após o término da jornada de trabalho e a sua resposta foi esta:

*Filho, quer queira quer não, todo trabalho suga a gente, principalmente a alfabetização. Alfabetizar não é fácil, até porque você vai ter “n” situações, né. Cada pessoa ela aprende na sua particularidade. Então você tem que dá atenção mais pra um. Ou seja, é todo um trabalho individual, entendeu? Então, a gente tem sim, o cansaço... sente. Então, eu acredito que... razoavelmente cansada, porque a sala é boa.*

O cansaço é um elemento indissociável da atividade laboral, pois nas palavras de Marx (2015), o trabalho é dispêndio de energia física e mental na execução de determinada atividade. A sociedade neoliberal é a “sociedade do cansaço” (Han, 2015), em que se vê cada vez mais indivíduos se arrastando no cotidiano produtivo. É um tipo de sociedade que valoriza indivíduos-máquina, ou seja, indivíduos que sejam sempre produtivos e que executem inúmeras tarefas. Polivalência é a tônica do trabalho no capitalismo neoliberal.

No caso dos professores, um dos pressupostos do professor que atua nos primeiros anos do ensino fundamental é a polivalência, ou seja, o domínio de uma bagagem variada de competências e de conhecimentos básicos de várias disciplinas (Cruz; Neto, 2012). No caso da professora entrevistada, ela atua numa turma de alfabetização de Jovens e Adultos, o que torna o seu trabalho mais complexo, pois alfabetizar fora do ensino regular, isto é, na Educação de Jovens e Adultos, exige um atendimento diferenciado para cada aluno, pois nem todos estão no mesmo nível de aprendizagem e trata-se de uma clientela diferenciada (Tardif; Lessard, 2014). Não à toa, esse aspecto de diversidade da clientela é ressaltado pela professora e relacionada com o seu cansaço após a jornada de trabalho, pois é algo que afeta diretamente a sua carga de trabalho. Dessa forma, é possível inferir que, mesmo com uma quantidade reduzida de alunos, o cansaço, sintoma da sociedade neoliberal, é

vivenciado em nível razoável pela professora após o fim da jornada de trabalho na escola.

### 4.3 A jornada de trabalho do professor

Neste tópico, encontram-se as análises dos dados que envolvem a questão da jornada de trabalho do professor. Foram realizadas perguntas, as quais contemplam aspectos como a quantidade de horas gastas com atividades de planejamento e preparação de recursos didáticos, a conciliação entre vida pessoal e trabalho bem como a invasão de demandas do trabalho no tempo livre.

Com relação ao tempo de trabalho docente, a primeira pergunta que realizamos foi sobre a quantidade de horas que a professora gasta em atividades como: preparação de aula, correção de atividade e confecção de recursos pedagógicos.

A resposta da professora foi a seguinte:

*Meu amigo,... é demais, porque eu te digo: eu não tenho sábado nem domingo livre. E à tarde... toda tarde eu sento no computador pra fazer pesquisa, elaborar tarefa, fazer tudo, preencher... Às vezes eu tiro, por dia, cinco horas por dia no computador. E pra você ver... a gente tem essa carga que é disponível pra gente (o horário pedagógico) ... e às vezes eu ainda sacrifico o meu sábado e o domingo. Então, as vezes não, entendeu? Porque como eu trabalho com EJA, primeira e segunda etapa, eu tenho dois planejamentos. São planejamentos diferenciados. E sem falar que todas as atividades também são diferenciadas porque um, lê, o outro, não lê, o outro tá soletrando, o outro já tem uma leitura... entendeu? Isso aí tudo você tem que tá articulando estratégias para poder trabalhar. Fico até meia-noite quando eu não dou conta. Já fiquei até mais... até duas... uma hora da manhã para fazer planejamento. Só que por conta da minha saúde, a doutora disse que eu não posso mais tá fazendo isso, né. Porque eu adquiri esse monte de doenças... Então, eu não posso mais tá fazendo isso. É descanso! A palavra-chave é descanso. O ideal seria dormir oito horas, mas eu acho que eu tô dormindo de cinco a seis, entendeu? O que não é o ideal pra mim. Hoje mesmo eu vou ter que me replanejar. A doutora disse que nós vamos ter que refazer*

*toda a minha rotina, por conta dos meus problemas de saúde.*

Em se tratando de jornada de trabalho do professor, do ponto de vista legal, a sua composição “observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (Brasil, 2008, online). A outra parte dessa carga horária, um terço (1/3), será reservada para “[...] estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho” (Brasil, 1996, online). Entretanto, apesar de haver uma carga horária reservado para tais atividades, a qual é contabilizada como jornada formal de trabalho, muitas vezes o professor extrapola esse horário e usa o seu tempo livre para realizar demandas do seu trabalho. De acordo com Tardif e Lessard (2014), algumas tarefas escolares são realizadas fora das horas normais de trabalho do professor, o que os autores denominam de “trabalho elástico” e “trabalho invisível”. “À noite, nos fins de semana, ou nas férias, muitas vezes os professores se ocupam com diversas atividades ligadas ao seu trabalho” (Tardif; Lessard, 2014, p. 135). Vieira (2003, p. 51), conforme citado por Gouvêa (2016, p. 2009), afirma que esse tempo que vai além da jornada formal “[...] é quase mais uma jornada fora do principal local de trabalho”. Tal afirmação vai ao encontro do que a professora respondeu acima. A professora se vê diante de muitas demandas do trabalho docente, que muitas vezes não são possíveis serem concluídas dentro da jornada formal. Isso faz com que ela tenha que usar seus fins de semana para executar demandas da escola. Isso não é um fato isolado do contexto geral do trabalho. Trabalhar além da jornada formal de trabalho é algo que tem se tornado regra no atual contexto da precarização do trabalho. E, no entanto, tal horário não é contabilizado como tempo formal de trabalho do professor, e conseqüentemente, não é remunerado. Oliveira (2003) enxerga isso como uma artimanha de exploração do trabalho do professor, o que evidencia mais uma faceta da precarização do trabalho docente. Isso só demonstra a assertividade da fala de Marx ao dizer que, no capitalismo, o tempo de lazer, de descanso e das refeições é incorporado ao processo produtivo a fim de que o máximo de energia seja posta em movimento na jornada de trabalho (Marx, 2015), ainda que as conseqüências desse processo sejam os mais

terríveis possíveis, que é o adoecimento do trabalhador, e em caso mais nefastos, até o óbito dele.

Acompanhando o raciocínio da professora na pergunta anterior, indagamos se ela consegue conciliar facilmente tempo de trabalho com tempo de afazeres particulares da sua vida fora do trabalho. A resposta da professora Maria da Conceição foi:

*Filho, eu tô precisando... porque eu tô sendo chamada a atenção... não tô sabendo conciliar... Lá em casa estão dizendo que eu tô me dando muito mais para o trabalho do que para a família, entendeu? Não tenho lazer, nem nada. Por isso que eu tô doente. Todo mundo diz que eu tô doente por isso. Então, eu tenho essa dificuldade, porque se eu não consigo cumprir com as minhas obrigações, é como se eu me punisse. Então, eu não tenho lazer. Aí... primeiro as obrigações. Se der tempo... o lazer.*

Essa dificuldade de conciliar demandas do trabalho com afazeres pessoais é em razão das muitas tarefas que o sujeito neoliberal polivalente tem que realizar no dia a dia dentro da jornada legal diária, principalmente quando se trata de uma mulher dona de casa. Sob capitalismo neoliberal, o imperativo da produtividade faz com que cada vez mais trabalhadores, principalmente de funções administrativas e burocráticas, sacrifiquem sono, lazer e tempo com a família para tentar dar conta das demandas do trabalho. No entanto, as consequências disso têm sido cada vez mais preocupantes, como mostra um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O estudo considerou 19 fatores de riscos ocupacionais para a saúde do trabalhador, dentre os quais um deles era a exposição a longas jornadas de trabalho. A constatação foi que “o principal risco é a exposição a longas horas de trabalho – ligadas a aproximadamente 750 mil mortes” (OPAS/OMS, 2021, online). O relatório é um alerta para que países e empresas venham proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, declarou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, (OPAS/OMS, 2021).

Antunes e Praun (2015) veem esse panorama laboral alarmante com uma explosão de doenças, principalmente de natureza psicossomática relacionadas às mudanças profundas no mundo do trabalho com implantação de políticas neoliberais a partir das três últimas décadas do século XX. Não que antes disso não havia acidentes

ou óbitos no ambiente de trabalho. O capitalismo, desde a sua fundação, foi nocivo e destrutivo para a classe trabalhadora. Nesse sistema, condições de trabalho sempre estiveram na raiz de diversas doenças que acometiam os trabalhadores, e que muitas vezes resultavam no óbito deles. Essa característica destrutiva do capitalismo é captada por Marx (2015), pois segundo ele, o capital não se preocupa com a saúde da classe trabalhadora. No seu ímpeto destrutivo, “o capital não tem [...] a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçado pela sociedade a ter essa consideração” (Marx, 2015, p. 432).

Sob o atual capitalismo flexível, até mesmo a legislação trabalhista que tem buscado ser uma espécie de freio aos efeitos destrutivos do capital sobre a saúde do trabalhador tem tido cada vez menos força nesse sentido. Como o trabalhador tem cada vez mais demanda do trabalho para dar conta apenas numa jornada curta, se não der tempo terminar tal atividade na empresa, ele a leva para casa, pois muitas vezes tem que entregue no dia seguinte. Com isso, os níveis de exploração e precarização do trabalhador só aumentam, ao passo que o lazer, o descanso, a alimentação regular, o tempo com a família, mas principalmente, a saúde, ficam em segundo plano. E considerando a resposta da professora, é possível inferir que esse é o difícil quadro em que ela se encontra, o que demanda uma mudança urgente, como ela mesma reconhece.

Para aprofundar o tema do tempo de trabalho destinado às atividades docentes, perguntamos se a comunicação com os alunos, professores e a gestão só ocorre durante o período das aulas, ou seja, na escola, ou se ela teve que, em algum momento de lazer, ou horário inconveniente atender a algum deles?

A professora respondeu o seguinte:

*Todos eles têm o meu WhatsApp. Eu atendo eles em qualquer horário, filho. Eu não consigo... quando eu tô... eu acho que foi um erro, assim... mas mesmo assim... eles são poucos... e não são todos... né. Às vezes, é final de semana... é tudo... né. Aí eu digo: tudo bem. E a gente não pode... entendeu? É muito difícil a gente determinar (definir um horário específico para atendê-los) assim... porque não dá... são pessoas humanas... todos têm seus anseios. Aí para a gente determinar... não dá certo, não. Eu não consigo não.*



Com o advento das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs), estamos sempre conectados e acessíveis a apenas um clique de distância. A consequência disso é que a fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre está cada desaparecendo. Tempo livre, nesse contexto, deve ser entendido como “o tempo que o trabalhador tem para si e que não está à disposição do capital” (Faria; Ramos, 2014, p. 53). Não deve ser confundido com o tempo além da jornada formal de trabalho em que muitas vezes é utilizado para fazer alguma atividade do trabalho, pois com os novos dispositivos digitais, essa possibilidade existe. Ou seja, o fato de o professor estar em casa e não na escola não significa que ele não está trabalhando. A questão é que boa parte do tempo que o professor gasta em atividades relacionadas ao seu trabalho, muitas vezes acaba não sendo contabilizado. Com a presença dos smartphones e outros dispositivos digitais, além de levar trabalho para casa, o professor também fica acessível a um clique de distância, podendo ser contatado a qualquer momento.

Considerando as falas da professora Maria da Conceição, é possível inferir que a jornada de trabalho da professora é um dos aspectos em que mais se apresentam elementos de precarização do trabalho. O fato de ela não estabelecer um horário específico para atender aos alunos, professores ou gestores, inviabiliza qualquer possibilidade de um tempo exclusivo para si e isento de demandas do trabalho. Seja atender a uma ligação de trinta segundos do diretor ou responder a uma mensagem de WhatsApp de um aluno, tudo isso é jornada real de trabalho, apesar de não ser contabilizado na carga horária formal.

## 5 CONCLUSÃO

Estudar as condições de trabalho dos professores é algo cada vez mais necessário, principalmente no atual contexto do mundo do trabalho em que a precarização tem sido cada vez mais presente. De sorte que o trabalho docente também é atingido pelos efeitos nefastos da precarização, pois a lógica destrutiva do capital tende a invadir todos os setores da sociedade, inclusive a educação.

Ao longo do trabalho, buscamos entender as diversas noções de trabalho começando pela Antiguidade até os dias atuais. Constatamos que as noções de trabalho, assim como o modo de produção variam a cada período histórico. Buscamos entender ainda as diversas transformações que o sistema capitalista sofreu desde a sua gênese até o século XXI, e como esse sistema, com a reestruturação produtiva iniciada nas últimas três décadas do século XX, tem sido reiteradamente destrutivo para a classe trabalhadora, que convive cada vez mais com formas de precarização do trabalho em escala global. No caso do Brasil, a classe trabalhadora também vivencia cada vez mais os efeitos da precarização, que têm sido ratificadas por reformas estatais demandadas pela classe empresarial. Uma das principais e mais destrutivas reformas ocorreu em 2017, a reforma trabalhista, sancionada pelo então presidente da república, Michel Temer.

Também abordamos a categoria tempo a partir de uma concepção sócio-histórica, na qual entendemos que o tempo, na forma como nós o concebemos e o vivenciamos hoje, é resultado de inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas, e é com a assunção e a consolidação da sociedade capitalista que o tempo adquire a forma abstrata e se torna um fator aliado do modo de produção capitalista, tornando-se cada vez mais dominante sobre o ser humano.

Por conseguinte, abordamos a categoria de trabalho docente. Primeiramente discutimos alguns enfoques desse conceito com base em autores que tratam sobre o tema, e através de alguns normativos jurídicos. Abordamos a jornada de trabalho do professor, a carga de trabalho docente e as condições físicas e ambientais da escola. Posteriormente, discutimos sobre a questão da precarização do trabalho docente,

abordando os diversos elementos que caracterizam essa condição e alguns dos impactos dela na vida dos professores.

Afirmamos que o objetivo do estudo foi alcançado, visto que foi possível identificar a presença de diversos elementos de precarização nas condições de trabalho docente da rede municipal de ensino de Timon-MA, os quais são corroborados pelas respostas da professora, que aqui podem ser resumidas da seguinte maneira:

- ✓ Convivência em um clima de insegurança na escola, apesar da existência de elementos materiais, como vigias, dentre outros.
- ✓ Vivência de uma gestão democrática com total autonomia das suas atividades docentes.
- ✓ O espaço físico da sala de aula é adequado ao seu trabalho.
- ✓ Os recursos materiais básicos são suficientes para o seu trabalho pedagógico.
- ✓ A quantidade de alunos que atende é favorável a um trabalho pedagógico de qualidade.
- ✓ No final da jornada de trabalho a professora se sente cansada porque alfabetizar adultos não é uma tarefa fácil;
- ✓ A professora sacrifica sábados e domingos para preparação de aula, correção de atividade e confecção de recursos pedagógicos. O tempo de trabalho com atividades extraclasse é demasiado.
- ✓ A professora sacrifica seus afazeres pessoais em decorrência da demanda do trabalho docente, o que envolve, preparação de aula, correção de atividades, confecção de recursos pedagógicos e atendimento aos alunos fora do horário escolar.

Quando analisamos os dados da pesquisa à luz do referencial teórico e do que diz a legislação sobre as condições adequadas de trabalho docente, identificamos que a professora vivencia cotidianamente elementos de precarização do trabalho. Destacamos aqui aquilo que mais nos chamou a atenção de forma negativa, que foi a questão da jornada de trabalho da professora e a questão da saúde dela. A constatação é que a professora tem uma jornada de trabalho que extrapola e muito o seu tempo formal de trabalho. Um fato que inevitavelmente tem impacto na sua saúde, pois as longas jornadas de trabalho só podem ser realizadas com negligência no sono, com alimentação irregular e com ausência de descanso para a reposição das energias. Jornada de trabalho e saúde do trabalhador estão intimamente ligadas. No caso dessa professora, o que ela tem vivenciado com frequência são as consequências da precarização do trabalho sobre a sua saúde.

Através dessa pesquisa, esperamos contribuir no desvelamento desse cenário difícil em que se encontra o professor. Esperamos também que esse trabalho, juntamente com outros pesquisadores que estudam essa temática, possa servir de ferramenta de resistência e de luta para que a valorização dos profissionais da educação deixe de ser apenas um princípio legal e seja efetivada na prática. Dessa forma, o professor vivenciará cada vez menos os efeitos da precarização do trabalho, e sentirá cada vez mais os efeitos da valorização.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Ricardo Antunes**: trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil. Youtube, 30 abr. 2019. Disponível em: [https://youtu.be/UMYovnOhk\\_A?si=GMBzFD4G1VFW1jr5](https://youtu.be/UMYovnOhk_A?si=GMBzFD4G1VFW1jr5). Acesso em: 05 de abr. de 2024.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço. Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto. São Paulo: edições 70, 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024**. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14817.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.817%2C%20DE%2016,Art..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14817.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.817%2C%20DE%2016,Art..) Acesso em: 02 de fev. de 2024.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 de novembro de 2023.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempo de trabalho e tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

CRUZ, Shirleide Pareira da Silva; NETO, José Batista. A polivalência no contexto da docência nos anos iniciais da educação básica: refletindo sobre experiências de pesquisas. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 15, nº 50. maio-ago. 2012

DAL ROSSO, Sadi. Tempo de trabalho. *In*: CATANI, Antônio David; HOLZMAN, Lorena (Orgs.) **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

FARIA, José Henrique de; RAMOS, Cinthia. Letícia. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. **RAM, Revista de administração Mackenzie**. São Paulo n, 12, p. 47-74, 2014.

FILGUEIRAS, Vítor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. *In*: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vítor Araújo. **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 111, p. 206-219, out-dez, 2016.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente. In: Oliveira, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

MONBIOT, George. Para compreender o neoliberalismo além dos clichês. **IHU Online**. 26 abr. 2016. Disponível em: [Para compreender o neoliberalismo além dos clichês - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#). Acesso em: 17 jun. 2023.

MOURA, Livia Romero de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil. **Revista Trabalho e Educação**. v. 30. n. 3. p. 67-85, 2021.

OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.

OLIVEIRA, D. A. **Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro**. Brasília, DF: CNTE, 2003.

OLIVEIRA, D.A.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OPAS/OMS. **OMS/OIT: Quase 2 milhões de pessoas morrem por causas relacionadas ao trabalho a cada ano**. 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/16-9-2021-omsoit-quase-2-milhoes-pessoas-morrem-p-or-causas-relacionadas-ao-trabalho-cada>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Fases do capitalismo**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/fases-do-capitalismo.htm>. Copyright: 2024 Acesso em: 02 de fev. de 2024.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Sousa. Et al. Condições de trabalho docente na escola da atualidade: demandas e desafios, na percepção de educadores da rede pública estadual paulista. **Educação**. Santa Maria. Vol. 47. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 20 de jan. de 2024.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Aldo Vieira. **Educação profissional no contexto da precarização do trabalho**. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

SANTANA, Marco Aurélio. RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SEKI, Allan Kenji et al. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 942-959, 2017.

SILVA, Amanda Moreira da. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras**. Curitiba: CRV, 2020.

SOARES, Fabiana Pegoraro. A influência do banco mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia. **Geografia Ensino e Pesquisa**. Santa Maria, v. 24, e15, 2020.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Traduzido por João Batista Kreuch. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

TIMON. Prefeitura municipal de Timon. **Lei municipal nº 2181, de 21 de outubro de 2019**. Disponível em: <https://sinterpumnoticias.blogspot.com/p/blog-page.html>. Acesso em: 27 de jan. de 2024.

WEBER, Max. **História geral da economia**. São Paulo: Centauro, 2006.